



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 025

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 025**

### **25ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva..... 02**

**Presenças..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 08

#### **Grande Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri..... 11

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello ..... 13

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana..... 14

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 15

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk ..... 16

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró ..... 18

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 20

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 22

Discussão/Votação

Redação Final ..... 22

2ª Discussão ..... 23

1ª Discussão ..... 23

Discussão Única (Proposição) ... 39

Requerimentos ..... 41

**Encerramento da Sessão ..... 42**

**Transcrição ..... 43**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 44

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação ..... 44

Redação ..... 45

### **DIÁRIO Nº 025**

### **25ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2008**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Milton Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Edson Strapasson, Luiz Eduardo Cheida e Ribas Carli Filho (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 065/08

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado dos Transportes a conclusão do calçamento com pedras na estrada que liga a comunidade do Canjarana até a BR-369, no município de Mamborê.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado pela Câmara Municipal de Mamborê, onde nos pede empenho na solicitação a esta Secretaria de Estado o que se relata abaixo.

II - Requer-se a conclusão de aproximadamente 4 Km de calçamento, com pedras irregulares, na estrada que liga a comunidade do Canjarana até a BR-369, no município de Mamborê.

III - A obra teve início há mais de 15 anos e atingiu-se aproximadamente 10 quilômetros, faltando, para finalizar, os últimos 4 quilômetros.

IV - Pondera-se que esta obra é de grande importância para o município, principalmente para a região do Canjarana que liga o município de Mamborê ao município de Farol e também ao Distrito de Palmital (município de Boa Esperança).

V - A conclusão desta obra melhoraria consideravelmente o tráfego em dias chuvosos e até mesmo em tempo estável. Portanto, o atendimento é de extrema necessidade.

VI - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná,

reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 066/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes uma atenção especial a comunidade do município de Ubiratã.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado pela Câmara Municipal de Ubiratã, onde nos pede empenho na solicitação a esta Secretaria de Estado o que se relata abaixo.

II - Requer-se a criação de uma ciclovia no leito da Estrada Vitória, ligando o centro da cidade até a Comunidade Jandaia, na BR-369, numa extensão de aproximadamente 5 quilômetros

III - A referida ciclovia, além de diminuir a distância entre o centro da cidade e a BR-369, no sentido Campo Mourão, beneficiando agricultores, estudantes e os veículos da Prefeitura Municipal que depositam o lixo da cidade no aterro sanitário.

IV - Pondera-se que esta obra traria, também, muitos benefícios aos futuros funcionários do abatedouro de aves em construção naquela região além de toda a comunidade local.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 067/08

SÚMULA:

Propõe a COHAPAR - Companhia de Habitação do Estado do Paraná uma atenção especial à necessidade de habitações populares no município de Ubiratã.

Sr. Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Companhia de Habitação do Estado do Paraná - COHAPAR em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades habitacionais no município de Ubitatã.

II - O Presidente da Câmara Municipal nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Companhia de Habitação para a necessidade que ora se discute.

III - Relata-nos que hoje existe, no município, mais de mil pessoas inscritas no cadastro desta Companhia e que em breve entrará em funcionamento um abatedouro de aves no município e a falta de mão-de-obra torna-se cada vez mais evidente.

IV - É do conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 068/08

SÚMULA:

Sugere a construção de calçada e cobertura na entrada de acesso ao Colégio Estadual Jorge Andriguetto, no município da Fazenda Rio Grande.

Ilmo. Sr. Secretário Estadual da Educação, Maurício Requião:

O Deputado Francisco Bühler se dirige a V. Sa. para expor e reivindicar o seguinte:

Solicita a construção de calçada e cobertura na entrada de acesso ao Colégio Estadual Jorge Andriguetto, no município de Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem por objetivo proporcionar o melhor acesso dos alunos e funcionários do estabelecimento de ensino, tendo em vista que em dias de chuva, fica praticamente impossível a circulação de pessoas no local.

Desta forma e pelas razões expostas, consideramos que nossa solicitação seja observada como justa e necessária e com isso, a comunidade escolar do Colégio Jorge Andriguetto, em Fazenda Rio Grande, passe a contar com a benfeitoria mencionada.

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 856/07, item 12 da Ordem do Dia desta data, por 08 (oito) Sessões.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação da Proposição nº 064/07, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) NEREU MOURA

### REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 02/04/08.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a ausência na Sessão devido ao convite para participar das solenidades alusivas ao aniversário do município de Jacarezinho.

### REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 01/04/08.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a ausência na Sessão devido a compromissos na condição de Presidente da Comissão de Saúde, em missão oficial visitando o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos e Wenceslau Braz.

### REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Odilon Túlio Vargas, ocorrido no dia 27/03/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta capital no último dia 27, aos 78 anos de idade o Dr. Odilon Túlio Vargas, deixando viúva a Sra. Lylian e os filhos Marco Túlio e Liliana bem como cinco netos.

O Dr. Odilon Túlio Vargas era natural de Pirai do Sul, filho do saudoso Deputado Rivadávia Vargas e de Dona Dalila Rolin Vargas, era bisneto do Dr. Telêmaco Borba. Exerceu as funções de Deputado Estadual do Paraná por duas legislaturas. Em 1971 elegeu-se para a Câmara Federal dos Deputados, Secretário Estadual de Justiça, Procurador do Estado, membro do Tribunal de Contas do Paraná, Justiça, Presidente da Academia Paranaense de Letras e Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Odilon Túlio Vargas, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Vargas, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Aniela Sialek Sabai, ocorrido no dia 26/03/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 26 de março a Sra. Aniela Sialek Sabai, com 84 anos de idade. Era viúva de Stanislaw Sabai. Deixou 4 filhos, netos e bisnetos. Dona Aniela era mãe da funcionária da ata deste Poder, Danuta Sabai.

Seu passamento veio abrir lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Aniela Sialek Sabai.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Aniela, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Anita Gomes Krüger, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 570

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Erielson Carvalho de Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Carolina Cruz, avó do Deputado Marcelo Rangel, ocorrido no dia de hoje, em nossa capital.

Requer, outrossim, que após a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Exmo. Sr. Túlio Vargas, que foi Deputado Estadual eleito pela região de Maringá (1962), reeleito na legislatura seguinte e também Deputado Federal (1970).

Aos 78 anos de idade, Túlio Vargas deixa saudade. Esse paranaense ilustre marcou a política com sua liderança firme.

Natural de Pirai do Sul (PR), era formado em Direito e radicou-se em Maringá no ano de 1955.

Ocupou cargos de Secretário de Estado da Justiça, Presidente do BRDE, Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, Governador Distrital do Lions Clube Internacional. Presidia, atualmente, a Academia Paranaense de Letras. Em 2000 recebeu o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família de Leila Lima, falecida em Curitiba, no dia 27 de março.

Leila é irmã do nosso querido Luiz Lima, assessor da Mesa Executiva no plenário desta Assembléia Legislativa, deixa saudade na família e nos amigos, pois sua presença alegre cativava a todos.

Leila colaborou na organização do evento realizado nesta Assembléia Legislativa, por ocasião do I Encontro de Primeiras-Damas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, o registro nos Anais dos trabalhos desta Casa, de moção de louvor endereçado à Prefeitura do município de Marilena, pela sua inserção entre as cidades brasileiras, como modelo em práticas de ensino.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Marilena, lá na esquina do encontro entre as águas do rio Paranapanema, nossa divisa natural com o estado de São Paulo e as do nosso Paranazão, na divisa com o Mato Grosso do Sul, foi destaque na imprensa nacional, ontem, 26 de março.

Ao lado de outras cidades paranaenses, Pinhais, São Jorge d'Oeste, Realeza e Jesuítas, e de outras 32 esparramadas pelo Brasil inteiro, a pequena, mas próspera e bela Marilena é citada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, mais o Ministério da Educação e o UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, na pesquisa para identificação de boas práticas de redes municipais de ensino.

Marilena é um dos exemplos a serem seguidos na área da Educação das suas crianças, pois apesar da sua realidade socioeconômica, o seu Índice de Desenvolvi-

mento de Educação Básica - IDEB supera a média nacional que é de 3,8. O de Marilena é de 4,5.

Dos 44 professores de Marilena, 39 tem pós-graduação. Existe o aproveitamento do contra turno com a ajuda aos alunos por parte dos professores, além de salas especiais para estudantes com dificuldades cognitivas e comportamentais. Também a prática de provas bimestrais com os resultados sendo aproveitados para orientar planos e definir recursos e metas. Esses itens, simples, mas seriamente praticados, formam a receita para o grande feito de Marilena.

Esse galardão conquistado por Marilena e apresentado durante o III Fórum Nacional da União dos Dirigentes Municipais da Educação, em Brasília, aponta para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico de Marilena, eis que alicerçado nos pilares indestrutíveis da Educação.

Esta Assembléia Legislativa, ao aprovar este documento, congratula-se com o Prefeito José Aparecido da Silva, o Zé do Peixe, por disponibilizar as ferramentas necessárias para o atingimento dessa premiação.

E cumprimenta também, com o mesmo calor, as Sras. Vilma Lucas Palma, Secretária Municipal de Educação e Marli Magalhães, a Coordenadora Pedagógica de Ensino, que, ao lado de todo o magistério marilenense, souberam mostrar ao Paraná e ao Brasil todo, o que pode realizar a força de um povo.

E finalmente, o encaminhamento de parabéns às crianças de Marilena, que, com dedicação e afinco, motivaram-se como fatores principais desse momento de glória que sabemos, perdurará *ad infinitum*.

#### REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao município de Jacarezinho, por ocasião do seu aniversário de 108 anos.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao município do norte pioneiro do nosso estado e aos jacarezinhenses, por ocasião da comemoração dos 108 anos de fundação.

Jacarezinho que foi emancipada à condição de município através da Lei nº 522, de 02/04/1990, recebeu inicialmente o nome de Nova Alcântara. Em 03/03/1903, através da Lei nº 471, recebeu o nome de Jacarezinho. Cidade pólo, famosa pelas faculdades, escolas e atividades culturais, Jacarezinho é a capital estudantil da região.

Importante lembrar que o jacarezinhense se orgulha de sua tradição de bem receber os visitantes, tanto aqueles que buscam por seus eficientes serviços ou produtos, como outros que aqui freqüentam suas festas, eventos ou atividades religiosas, por isso a relevância desta justa homenagem.

## REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Paulo Roberto de Souza Pereira.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao ex-Vice Prefeito do município de Jacarezinho, advogado e agropecuarista, Dr. Paulo Roberto de Souza Pereira, em reconhecimento a sua importante contribuição para o desenvolvimento do município.

## REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos Srs. Ademar Conde Rodrigues e Luiz Conde Rodrigues, pelo espírito empreendedor destes empresários na região de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos Srs. Ademar Conde Rodrigues e Luiz Conde Rodrigues, por sua atuação frente ao comércio, geração de empregos e entretenimento na cidade de Jacarezinho, destacando-se os serviços prestados aos seus clientes, sempre com referência de qualidade e eficiência.

## REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as medidas necessárias e urgentes visando a inclusão no contrato firmado entre o DER e a concessionária Rodovia das Cataratas, a construção de uma passarela para pedestres no Km 657+500 na BR-277, no município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pelo fato da BR-277 passar no meio do município de Matelândia, dividindo em lado sul, onde está localizado a Vila Pasa, e o lado norte.

A Vila Pasa está localizada ao sul da cidade, e para ter acesso ao lado norte onde estão concentrados a maior parte dos serviços públicos, escolas, comércio, entre outras atividades, os habitantes se utilizam de um acesso precário existente na altura do Km 657+500m, ocorrendo constantes atropelamentos.

Diante do exposto, é de fundamental importância que a Secretaria de Estado dos Transportes dispense especial atenção ao pedido objeto do presente.

## REQUERIMENTO Nº 582

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Vitor Hugo Burko, solicitando a realização da portaria de coleta e armazenagem da grimpá do Pinheiro do Paraná.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Produção de Madeira da Grimpá do Pinheiro, PMGP é um produto novo que em breve estará no mercado e como a matéria-prima para a sua produção é a grimpá da Araucária Angustifolia, solicito que seja realizada a regulamentação da coleta e da armazenagem através de portaria, emitida por este órgão.

Conto com vosso apoio nessa solicitação.

## REQUERIMENTO Nº 580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Criança e da Juventude, Thelma Alves de Oliveira, solicitando informações sobre as denúncias publicadas no jornal Diário de Campos, do último dia 30/03/08, quanto a má qualidade das obras do Centro de Socioeducação de Ponta Grossa, apresentando vários problemas estruturais.

O prédio, que tem objetivo tirar jovens do mundo do crime, custou aos cofres públicos a quantia de R\$ 7,6 milhões. O investimento é alto, mas a qualidade do serviço nos causa preocupação, pois quatro meses depois de inaugurado, o centro já apresenta infiltrações em vários alojamentos, no setor de triagem existem goteiras e infiltrações, que causam alagamento em caso de chuvas, além de vários outros problemas, segundo o relatório divulgado pelo Diário de Campos.

Ourossim, requer o envio, ao jornal Diário de Campos, do teor do requerimento aprovado.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberbo Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando a instalação de 04 (quatro) Centros de Atendimento à Mulher e à Criança no município de Ponta Grossa. Salientamos que tal solicitação se fundamenta na importância atribuída a esses Centros no atendimento às populações mais carentes do nosso estado.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 576**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Heron Arzua, DD. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando cópia dos relatórios, levantamentos técnicos, estudos e critérios utilizados pela Coordenadoria da Receita Estadual, que serviram de fundamento para a desativação da Delegacia Regional da Receita Estadual de Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(aa) NEREU MOURA, LUIZ FERNANDES LITRO, CAÍTO QUINTANA, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUCIANA RAFAGNIN e ADEMAR TRAIANO.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta tem por objetivo solicitar informações pertinentes aos dados e levantamentos feitos pela Coordenadoria da Receita Estadual que justificaram a desativação da Delegacia Regional da Receita Estadual de Pato Branco que, em janeiro do corrente ano, foi desativada passando a ser apenas agência.

Desta forma, o presente pedido tem por objetivo obter uma explicação adequada sobre os argumentos técnicos e sobre os dados utilizados para fundamentar a desativação daquela unidade.

**REQUERIMENTO Nº 592**

Senhor Presidente:

O ex-Governador Leonel Brizola costumava dizer que o golpe militar ocorreu na madrugada de 1º de abril e não no dia 31/03/64. E que a celebração da véspera pelos vencedores foi sedimentada ao longo de décadas para acobertar a grande mentira que o suposto movimento revolucionário representou para o Brasil.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, REQUER registro nos Anais da Assembléia Legislativa do texto intitulado Primeiro de abril, copiado do site coletiva.net, que discorre sobre fatos relativos ao golpe militar de 1964. Trata-se de documento que precisa ser considerado nas reflexões sobre o conturbado período.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) EDGAR BUENO

***Projetos de Lei*****PROJETO DE LEI Nº 117/08**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Basquetebol de Realeza (APAB), com sede e foro no município de Realeza/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Amigos do Basquetebol, com sede no município de Realeza tem por finalidade, colaborar no aprimoramento do processo educacional do basquetebol, e com isso buscar a integração com a comunidade através de objetivos esportivos, sociais e educativos.

Além de promover o entrosamento entre atletas, pais e comissão técnica no processo competitivo, colabora para a melhoria da qualidade de vida de seus associados e aprimoramento esportivo de seus atletas.

Diante do exposto, a declaração de utilidade pública permitirá a associação buscar recursos em outras instâncias públicas fortalecendo assim suas atividades esportivas e beneficiando seus associados.

**PROJETO DE LEI Nº 118/08**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 13228, de 18/07/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais, foi criado com o intuito de auxiliar seus titulares, devido o advento da lei que determinou a isenção dos atos praticados, quando do registro de nascimento e óbito.

Tal lei determina que as serventias selariam seus atos, comprando os respectivos selos do Fundo, que repassaria ao Ofício de Registro Civil, pelos atos praticados gratuitamente, sem que tais valores fossem repassados para as partes interessadas. No entanto, quando da audiência pública, onde os representantes dos Escrivães, OAB e FUNARPEN estiveram presentes a esta Comissão, estes últimos em clara contradição, deixaram claro que a entrada apenas quatro Escrivães de Família traria com isso o aumento dos valores dos selos e, portanto, aumento de despesas aos usuários de seu serviço, deixando bem claro que aqueles valores já não são mais pagos pelos titulares das serventias e sim pelas partes.

Por outro lado, quando da edição da Lei de Organização e Divisão Judiciária e, também por ato do próprio



Tribunal, as serventias deficitárias, receberam a anexação de outra, deixando assim de necessitarem dos valores repassados pelo referido fundo.

Resumindo, pelas informações do Presidente do FUNARPEN, os mesmos não podem arcar nem mesmo com os valores totais a serem repassados para os registradores civis, além de estarem repassando indevidamente os valores para as partes, onerando os valores das custas.

Entendo não ser mais necessária a manutenção do FUNARPEN, pois perdeu a essência e o sentido da lei, proponho a presente matéria, que vem justamente em benefício dos usuários dos serviços dos cartórios.

Cabe salientar que devido às informações descontraídas prestadas pelo FUNARPEN durante a audiência e posteriormente em informações por escrito junto a essa Comissão, deve-se solicitar os valores constantes em caixa do mesmo, na data do protocolo do projeto e a presente data, tendo em vista que tendo conhecimento do mesmo quanto ao projeto, explicando claramente a origem das importâncias e, em se tratando de fundo de reserva, ficando claro o superávit dos mesmos, porque não informam essa Comissão, pois mesmo com autorização anterior de seu conselho, não poderiam se utilizar dessas verbas antes do término do projeto, sob pena de responsabilidade de seus representantes, o que solicitarei oficialmente em data oportuna.

PROJETO DE LEI Nº 119/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Para efeito de preservação da ordem e Segurança Pública no estado do Paraná, fica estabelecido como limite máximo para fechamento de estabelecimentos comerciais cuja venda dos respectivos produtos seja predominantemente de bebidas alcoólicas, a vigésima terceira hora de cada dia.

§ 1º O limite estabelecido neste artigo fica prorrogado em mais duas horas nos sábados, domingos e feriados.

§ 2º o reinício das atividades dos referidos estabelecimentos, no dia subsequente somente poderá ocorrer a partir das sete horas.

Art. 2º Para efeito de aplicação desta lei, excluem-se os estabelecimentos comerciais que disponham de, no mínimo 03 (três) das seguintes especificações:

- a) Cardápio relacionando os pratos de alimentos elaborados e servidos no local;
- b) 05 mesas, pelo menos;
- c) Serviço de garçom;
- d) Música ao vivo;
- e) Pista ou local apropriado para dança.

Art. 3º O descumprimento da presente lei importará ao infrator, que para este fim é classificado segundo a

legislação tributária relativa ao regime das micro e pequenas empresas, a imposição das seguintes penalidades, a cada dia de exercício regular da respectiva atividade:

I - 1 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como microempresas, com receita bruta anual de até R\$ 108.000,00;

II - 2 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como microempresas, com receita bruta anual de R\$ 108.000,00 até R\$ 216.000,00;

III - 5 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$ 216.000,00 a R\$ 500.000,00;

IV - 10 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$ 500.000,00 a R\$ 1.000.000,00;

V - 15 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$ 1.000.000,00 a R\$ 1.500.000,00;

VI - 18 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$ 1.500.000,00 a R\$ 1.800.000,00;

Parágrafo Único. Se, em até 30 (trinta) dias, o horário de funcionamento do estabelecimento não estiver adequado aos limites estabelecidos nesta lei, o local será fechado e lacrado por prazo não inferior a 30 (trinta) dias, podendo ser reaberto mediante compromisso do proprietário quanto a observância dos limites de horário estabelecidos nesta lei, e desde que recolhidos aos cofres públicos os valores correspondentes à penalidade pecuniária aplicada.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

O que motiva, sobretudo, a apresentação desta proposta de lei é a preservação da segurança e da ordem pública no estado do Paraná.

É sabido e comprovam-se por pesquisas e estatísticas sobre criminalidade que atos de violência, quer contra pessoas, quer contra o patrimônio, público ou privado, têm maior incidência nas proximidades dos estabelecimentos vendedores de bebidas alcoólicas, uma vez que o álcool ingerido em excesso, desinibe, libera das censuras e altera o comportamento das pessoas.

A insegurança é tanta que, em pesquisa realizada recentemente, 73% da população da capital, manifestou-se favoravelmente à limitação do horário de funcionamento dos bares, conforme demonstrou a pesquisa realizada pelo Instituto Paraná de Pesquisa, a pedido do Jornal Gazeta do Povo.

Não se trata aqui de mero interesse local do município de fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais em geral, situados em seu território.

O interesse público predominante neste caso não é local e específico da administração municipal, mas sim o interesse público de relevância ainda maior, que é a ordem e a segurança pública em todo o estado, garantidoras da incolumidade da população e do patrimônio, tanto público quanto privado, segundo prevêm as Constituições Federal e Estadual em seus artigos 144 e 46, respectivamente.

PROJETO DE LEI Nº 120/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizada a liberação de dirigentes sindicais, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, a todos os sindicatos legalmente constituídos e com representação nas bases dos servidores/empregados da Administração Pública Direta e Indireta (empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista) no estado do Paraná.

Art. 2º A liberação será concedida até 30 dias após o protocolamento do pedido pertinente, pelo sindicato, junto à administração do órgão ao qual pertence o servidor/empregado, e obedecerá a proporção de 1 dirigente sindical para cada grupo de 1.000 empregados/servidores abrangidos pela base da representação sindical, obedecidos os limites mínimo de 1 e no máximo de 15 servidores/empregados, por sindicato.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31/03/08.  
(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoioamento:

Elton Welter e Cida Borghetti.

**JUSTIFICATIVA:**

A atividade sindical é benéfica tanto para a administração quanto para os servidores/empregados. Seu exercício se traduz em resultados positivos e estabilidade do sistema de administração de pessoal, possibilitando, ao estado, melhor gerenciamento de seu efetivo.

O princípio da liberdade sindical é consagrado no artigo 8º, da Constituição, e só pode ser plenamente exercido se os dirigentes sindicais tiverem liberdade para atuar.

As empresas pública, autarquias ou sociedades de economia mista sofrem hoje com a falta de regulamentação da matéria. Algumas liberam um, dois, três ou mais dirigentes sindicais. Outras não liberam nenhum.

Algumas bases sindicais com extensão territorial ampla, como as que abrangem todo o estado ou parte dele, são precariamente administradas porque os dirigentes sindicais não têm liberdade para atuar.

A função do dirigente sindical, que é estar ao lado de sua base, fica prejudicada com o atual estado de coi-

sas, já que o exercício regular de suas funções impede a aproximação.

PROJETO DE LEI Nº 121/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer parcerias público-privado com empresas de telefonia celular para atender a todos os municípios do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará o presente projeto de lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto, tem por iniciativa estabelecer parceria público-privado com as empresas de telefonia celular (TIM, SERCOMTEL CELULAR, CLARO, VIVO E BrasilTelecom), nos moldes do acordo ocorrido no estado de Minas Gerais, para atender a todos os municípios paranaenses com os serviços de telefonia celular no menor período possível.

A iniciativa do Governo de Minas Gerais em executar uma parceria público-privado já é referência no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que aportou US\$ 50 milhões, e é modelado pela parceria entre o estado e as operadoras de telefonia móvel, com investimentos em municípios de baixa densidade populacional e pequeno atrativo econômico para as empresas de telefonia.

Utilizando um Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais (FUNDOMIC), o Governo mineiro compartilha investimentos em três lotes de municípios e que foram escolhidos por meio de pregão eletrônico e beneficiarão até outubro de 2008 os 412 municípios e uma população de 2,5 milhões de pessoas.

Diante disso, solicita-se o empenho do Governo paranaense em otimizar recursos e ainda a constituição de grupo de estudo para a criação de um fundo para universalização das comunicações, utilizando parte dos recursos do ICMS cobrados nas faturas telefonia celular no Paraná, além de investimentos externos como o já formalizado pelo BID e também convênio com o Ministério de Comunicação, alocando recursos orçamentários específicos.

***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores no Pequeno Expediente.

Passaremos para o Grande Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, por 15 minutos.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Uso o horário do Grande Expediente no dia de hoje e antes de iniciar o meu pronunciamento, quero aqui fazer uma saudação aos nossos convidados que são servidores da Saúde Pública e que estão em campanha salarial. Entregaram hoje a pauta de reivindicações ao Governo do Estado do Paraná.

Obviamente que já era do conhecimento dessa Casa entre os diversos pontos que estão sendo levantados e reivindicados, está a redução da jornada ou a intenção da jornada de 30 horas para os trabalhadores da Saúde.

Trinta horas, essas que nós já sabemos ser uma demanda de muito tempo e que há 14 anos os servidores da Saúde já faziam. E depois, por uma decisão há um ano atrás do Governador Roberto Requião, essas pessoas foram compelidas a cumprir jornada de 40 horas, que no nosso entendimento cria uma série de constrangimentos e uma série de dificuldades.

Sejam bem-vindos! Assim como quero registrar aqui que nós teremos no dia de hoje diversas manifestações de trabalhadores, temos: dos funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba, que fizeram uma série de reivindicações ao Prefeito Beto Richa, entre outros, estão valores a serem obtidos para recompor as suas perdas salariais. A Prefeitura ofereceu 6%, ao pedido de 20% e tem a assembléia hoje; assim como também tem trabalhadores dos Correios que depois de três meses recebendo 30% como periculosidade, infelizmente não se sabe exatamente porquê esse percentual foi cortado esse mês e hoje os trabalhadores dos Correios realizam assembléia em todo o Paraná e poderão a nível nacional ter uma greve a partir da zero hora de hoje.

Esperamos que não aconteça se houver condições de negociar. Se não houver, obviamente os trabalhadores são soberanos na sua decisão e nós estaremos sempre à disposição para tentar fazer com que haja essa negociação.

O que me traz aqui, são duas situações correlatas.

A primeira delas diz respeito ao assassinato do trabalhador rural sem terra no dia de ontem às 22 horas, na cidade de Ortigueira. Trabalhador este que já vinha sendo ameaçado a cerca de um ano. Nós tivemos ontem nesse assassinato, pessoas do PT estão indo para lá hoje. Estamos esperando obter mais detalhes, nome da pessoa que foi assassinada, as razões. E me parece, que já se suspeita de um grupo de pistoleiros e que já fizeram uma desocupação de um acampamento há pouco tempo atrás sem nenhuma autorização judicial, sem nenhuma norma legal. Fizeram isso a questão de alguns meses atrás, e ontem às 22 horas esse trabalhador foi assassinado dentro de casa, estava com sua mulher e três filhos. Não era acampamento era assentamento, já era assentado com posse de terra e é mais uma das pessoas que tomba na luta pela terra, na luta pela reforma agrária.

Falo que este assunto é correlato porque no dia de hoje, 31 de março, nós não podemos esquecer que há 44 anos atrás o Brasil entrava num, talvez, dos seus ciclos mais difíceis de toda sua história. Um ciclo que durou 24 anos, um período extremamente difícil da história do país que iniciou com uma ditadura civil e militar em 1964 e que em 1968 passou a ser, aí sim, decididamente, uma ditadura militar, com a instituição do golpe de 1968. Porque eu digo que o golpe de 1968 na verdade é um golpe, dentro do próprio golpe.

O Ato Institucional nº 05 nada mais é do que, o fechamento total de todas as instituições democráticas que nós tínhamos e passaram a ter um regime de exceção que dura até 1989. Ainda que nós tenhamos em 1984 a eleição para Presidente Civil, ainda assim sabemos que foi feito através do colégio eleitoral e que o Deputado Sarney, à época, foi eleito como vice e acabou assumindo como Presidente da República. Um golpe militar que deixou centenas de milhares de pessoas sem emprego, dezenas de pessoas foram caçadas, milhares de pessoas tiveram suas vidas vasculhadas, um golpe que fez com que estudantes, donas-de-casa, trabalhadores, pessoas de classe média, de classes populares, de todos os segmentos de nossa sociedade, fossem em determinado momento, atingidos pela truculência do regime militar.

E que a partir de 1968, não só fazia tudo aquilo que já vinha sendo feito antes em termos de violência civil, policial e militar, mas, fazia com que nosso país entrasse, tristemente, na história, como fazendo parte daquilo que ficou consignado como “Cone Sul”, onde os países como Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Equador, Bolívia, viessem a ter - todos eles - um regime extremamente fechado e duro.

Falo esta referência porque me parece que muitas vezes, hoje, os valores que temos nem sempre são valores lembrados e valores para os quais é dada a devida importância. Se temos uma Assembléia Legislativa funcionando, hoje; se temos Câmara de Vereadores funcionando, o Congresso Nacional em funcionamento, é porque pessoas deram a vida para que pudéssemos chegar aqui.

Foi no período de 1964, talvez o período mais difícil de nossa história e que patriotas viram da noite para o dia, não só sua vida profissional, política, social, intelectual desabar. Viram o país desabar. E porque se fez isso? A princípio se dizia que era para livrar o país da ameaça comunista, daqueles que queriam fazer reformas que poderiam colocar nosso país, definitivamente, nos rumos da guerra fria, na época, deu um país como a Rússia e de um bloco, como a União Soviética.

O que pediam, naquele período, as pessoas apoiadas pelo Presidente João Goulart, Presidente que tomou posse após diversas tentativas para que isto não ocorresse, porque é bom lembrar que o Presidente João Goulart só tomou posse depois de um movimento muito duro feito pelo ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O Presidente João Goulart,

quando tomou posse, era um Presidente que tinha até aquele momento, poucas intenções de fazer uma guinada rumo à esquerda em nosso país. E o fez por pressão dos movimentos sociais e populares.

Lembro que muitas vezes, aqui, nós pedimos a reforma educacional, a reforma agrária, a reforma bancária, que foi feita há pouco tempo atrás. Reformas estas que nos parece coisa recente e que na verdade, naquele período, já se falava em reforma agrária, em reforma educacional, em uma série de procedimentos que hoje são feitos e que, infelizmente, por não haver a compreensão de setores da nossa sociedade, desencadearam um golpe que até hoje nos atinge. Um golpe que ceifou gerações e gerações e que até hoje ainda temos que pagar pelos erros daqueles que cometeram este golpe.

Acho que hoje é um dia para que não esqueçamos que nós estamos aqui porque outras pessoas antes que de nós, alguns já tinham nascido, já estavam nessa luta.

#### **O Sr. Reni Pereira (PSB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Primeiro quero lhe cumprimentar pela lembrança da data de hoje. E como V. Exa. muito bem aborda, parece que já caiu no esquecimento, parece que a democracia sempre existiu no Brasil. Infelizmente alguns fatos, e não são fatos desse partido, todo partido tem gente boa e gente ruim, agora o que permite com que a população hoje, chegue à conclusão de alguns escândalos que acontecem e tenham conhecimento, é justamente a democracia.

Quero lhe cumprimentar por essa lembrança e dizer que às vezes, principalmente a geração pós 80, realmente não passou por algumas questões de heróis, que muitos até se decepcionaram e hoje estão no ostracismo. Mas quero lhe cumprimentar e também fazer um elogio à propaganda institucional do Tribunal Superior Eleitoral, que está realmente enaltecendo que o direito universal do voto, da democracia que existe no Brasil, hoje, custou o sonho e custou a vida de muitas pessoas, alguns que inclusive não ficaram vivos para ver o dia em que o Brasil teria eleição livre novamente.

V. Exa. citava aí o ex-Presidente que, para não ver um derramamento de sangue, preferiu se exilar no Uruguai, o ex-Governador Leonel Brizola que também, apesar de estar mais animado para ir para o embate, também aquiesceu e não fomos para o enfrentamento.

Quero fazer um registro também do ex-Presidente do meu partido, Governador Miguel Arraes, que ficou sitiado dentro do Palácio do Governo, e só saiu dali para a cadeia e depois para o exílio em Angola. Então, é bom que V. Exa. recorde e é bom que os meios de comunicação recordem de pessoas que deram a vida para que o Brasil pudesse ter a democracia, e o direito de eu discordar de V. Exa., de V. Exa. discordar do Deputado Valdir Rossoni, o direito ao livre pensa-

mento, isso não tem preço, e é isso que essas pessoas conseguiram para o Brasil.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado, Deputado Reni.

Acho que deveríamos ter muitas vezes essa lembrança. Essas lembranças são necessárias, porque como falou o Deputado Reni, aqui parece que as coisas sempre foram assim, parece que nunca tivemos censura no Brasil, parece que nunca tivemos a proibição de se fazer reuniões no nosso país, parece que sempre foi possível fazermos manifestações dentro dos sindicatos, dentro das escolas, dentro dos espaços públicos.

Às vezes, a impressão que nos dá, é que esses fatos da nossa história são fatos que estão muito longínquos, quando na verdade eles estão muito próximos de nós, estão tão próximos que às vezes a população, mesmo ao esquecer deles, acaba referendando um discurso que diz que não adianta ter Assembléia, não adianta ter Câmara de Vereadores, não adianta ter o Congresso Nacional, porque esses são instrumentos que não ajudam em nada a democracia; ao contrário, se não fosse por esses instrumentos, pelas Câmaras de Vereadores, pelas Assembléias Legislativas, pelo Congresso Nacional, teríamos certamente um único regime, continuaríamos tendo a ditadura e a vontade de meia dúzia de pessoas. E mais, não são só meia dúzia de pessoas, que muitas vezes achamos que eram os militares; não, tem muito civil que se beneficiou da ditadura, tem muito civil que cresceu na ditadura, inclusive economicamente. Tem muitos grupos, Deputado Praczyk, que se beneficiaram daquele período e que hoje ficam à margem de qualquer debate quando sofremos críticas, e acho que muitas vezes críticas merecidas aos Parlamentos, às instituições. Agora, as críticas só existem, as críticas só podem existir porque há plena liberdade, e vivemos um regime, o estado de direito em pleno funcionamento.

Então, faço esse registro aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque o dia 31 de março é um dia não para ser esquecido, mas é um dia para ser lembrado como um dia que nunca tivesse existido na história, um dia para que todos os brasileiros lembrem-se dele como um início de um ciclo de terror, um ciclo que dizimou vidas, histórias, biografias, e fez com que muitos dos nossos amigos, pais, companheiros hoje não pudessem estar aqui, inclusive para lembrar desse dia, que foi superado pela resistência, pela garra e pela determinação do nosso povo.

Viva o povo brasileiro! Salve o regime democrático!

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Gostaria de registrar as presenças dos Vereadores de Flor da Serra do Sul, Aquilino, Paulino da Rosa e Cláudio Jordani e do assessor Francisco.

Muito obrigado pela presença de todos.

## ***Horário das Lideranças:***

No horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

### ***Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apresentei na semana passada uma moção de apoio ao povo do Tibete.

Coincidentemente hoje é o dia mundial de apoio ao povo do Tibete. Organizações internacionais que coletaram, em uma semana, mais de um milhão de assinaturas em defesa da autonomia do povo do Tibete. Ao mesmo tempo, apela para a República Popular da China que respeite essa autonomia.

A ocupação do Tibete é um caso muito singular. Alguns setores denunciam como um verdadeiro genocídio cultural. Quando houve a ocupação do Tibete, milhares e milhares de monges budistas foram assassinados, milhares de templos foram destruídos. O filme Sete Anos do Tibete mostra a ocupação chinesa, como foi.

Tibete era um país sem exercício, pacífico. Era um país cujo Chefe de Estado era também o Chefe espiritual. Mas não imposto. Uma tradição do desenvolvimento que teve o Budismo. Mas do que isso, Dalai Lama, que é o Chefe de Estado tibetano no exílio, ganhou o prêmio mundial da paz.

O Budismo é uma filosofia muito particular que prega compaixão. Nunca se apresentou como Deus. Dizia que era um homem que descobriu, por seu esforço próprio, as causas do sofrimento humano e a forma de superar o ser humano do sofrimento. É uma filosofia muito bonita, com mais de 2.500 anos que interpreta, como nenhuma outra, a mente humana, sentimentos que perturbam a mente e a forma de atingir o estágio da iluminação superando os conflitos.

Acho muito importante esse manifesto, porque está sendo aniquilada uma religião milenar. E o próprio Dalai Lama não reclama a independência, ele prega manifesto pacifista. O Budismo respeita todas as outras religiões. Dalai Lama entende que tem que ter uma autonomia religiosa e liberdade de expressão.

O manifesto dos monges budistas foi pacífico. Eles se colocavam de forma pacífica em meditação, aproveitando o momento para chamar a atenção da questão do Tibete. Infelizmente, em cima disso, foi uma repressão muito forte. A oposição tibetana denuncia mais de 100 mortos. E o mundo inteiro se organiza para que a autonomia do Tibete seja respeitada.

Portanto, rogo aos Srs. Deputados que aprovelem essa moção. É uma moção que tem valor não só para o Paraná, mas para todo o mundo porque milhões de pessoas se unem com esse mesmo objetivo de valorizar uma filosofia que prega a compreensão, compaixão, o respeito

pelo outro e discute com profundidade as causas do sofrimento humano e a forma de superar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria também de falar sobre a nossa ida a Brasília. Estivemos junto com o Deputado Caíto Quintana, com o Deputado Litro e tivemos uma nova luz na problemática da VIZIVALE. O Deputado Federal Ângelo Vanhoni - quero cumprimentá-lo desta tribuna - marcou Audiência com o Secretário de Educação Superior, do MEC, coordenador que é um paranaense, professor de jornalismo e ele tinha estudado com profundidade a matéria. E a proposta que ele está tentando concretizar é de que não precisa mudar o parecer do Conselho Nacional. Seria uma coisa mais delicada, mais complexa, mais demorada. Ele entende - pela forma como foi exarado o parecer, em função de uma consulta, Deputado Rossoni, do PROCON de Foz do Iguaçu - ele acha que não está claro no parecer, em momento nenhum, que o Conselho diz que o curso da VIZIVALE é Educação à distância.

Então, em função dessa interpretação nova que surgiu, ele entende que se a consultoria jurídica do MEC emitiu um parecer entendendo que o curso que a VIZIVALE promoveu é um curso de Educação sem presencial ou sem entrar em conflito com o Conselho Nacional, resolvemos imediatamente a situação de 12.000 professores que cumpriram os pré-requisitos do Conselhos Estadual. Porque esse parecer vai dizer o seguinte: como esse curso é sem presencial, compete ao Sistema Estadual de Educação registrá-lo e não ao Sistema Nacional.

Portanto, não é de competência do Conselho Nacional, é Competência do Conselho Estadual. Essa certidão, vamos convidar a Secretária da Ciência e Tecnologia, os Reitores da UNICENTRO e da UEPG e com toda certeza, munidos da certidão, as próprias instituições não terão nenhum problema em registrar os diplomas dos 12 mil professores.

Mas, restam os 25 mil alunos que não estavam em sala de aula, que contrariaram o parecer, os pré-requisitos do Conselho Estadual. Mas, o Conselho tem uma boa vontade enorme para resolver essa questão. Falei com o Romeu, com o Padre Domenico, inclusive uma das propostas do Conselho Estadual é de que os conteúdos sejam reconhecidos e validados pelo Conselho e que esses estagiários ou voluntários façam uma complementação de disciplinas, com uma certa carga horária, para terem então reconhecidos os seus diplomas, já que passa nessa nova luz, ser de competência do Conselho Estadual de Educação.

Queria cumprimentar a Comissão. Estava todo mundo lá. Estava o Presidente do Conselho Estadual de Educação, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, que é o Prefeito de Nova Laranjeiras. A UNDIME estava representada por Secretários de várias cidades e também funcionários. Estava o professor Lemos, da APP-Sindicato; o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, Deputado Caíto, Deputado Litro.

Foi uma Audiência muito importante, para solucionarmos definitivamente. Estou muito esperançoso. Depois da nossa Audiência de quarta-feira o Secretário conversou com o Procurador da consultoria jurídica e ele pediu uma semana para dar a solução definitiva, e se isso acontecer teremos resolvido mais fácil o problema do que os outros caminhos que tínhamos apontado. Estou muito contente, o Deputado Caíto e o Deputado Litro saíram muito otimistas, o Conselho Estadual de Educação está muito otimista, a UNDIME, para que finalmente possamos ter uma solução definitiva para mais de 35 mil paranaenses que fizeram um curso aprovado, pagaram quase 4 mil em parcelas e, infelizmente, muitos já terminaram o curso há vários anos e não têm o diploma registrado. Afeta os municípios que aceitam a certidão do curso e aprovaram esses professores.

Acho que foi muito boa nossa ida a Brasília e esperamos que dê certo essa linha apontada pelo Secretário de Educação Superior do MEC, e falta tão somente a validação pela consultoria jurídica. Esperamos que isso seja concretizado, senão temos que descobrir uma outra forma de luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PSDB; PDT

(**Declinam**)

PMDB. Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana, por 10 minutos.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Inicialmente, quero transmitir aqui o reconhecimento e a admiração pela realização, neste final de semana, de visitas feitas a municípios da microrregião de Colorado, onde pudemos participar do maior rodeio promovido no Paraná, pela Associação Agropecuarista daquele município, com uma estrutura absolutamente invejável. Acredito que muitos e muitos estádios de futebol profissional não tenham a estrutura que aquele município tem. É uma tradição daquela região. Pude constatar a presença de milhares de pessoas. O transcurso totalmente seguro das festividades. A presença da Polícia Militar do Estado do Paraná, garantindo a segurança de um número impressionante de pessoas. Quero registrar que o Paraná tem na cidade do Colorado uma das mais importantes festas tradicionalistas de peão boiadeiro do Brasil.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado Caíto?

(**Assentimento**)

V. Exa. está neste discurso ameno, falando seguramente daquela que é a maior festa de rodeio do Paraná,

de Colorado. Lamentavelmente, não pude estar lá, porque tive outro compromisso, um grande evento realizado no nosso estado também, no município de Siqueira Campos, junto com empresários arrojados, com a Confederação Brasileira de Motocicletas, que realizou oito etapas que temos no país, do Campeonato Brasileiro de Motocross. Foi um grande evento para o norte pioneiro, que reuniu mais de 40 mil pessoas. É bom falarmos de coisas boas que acontecem por esse Paraná nosso, de gente empreendedora e que dá grandes exemplos, muitas vezes bem diferente dos discursos pessimistas, que ouvimos.

Parabéns a V. Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Obrigado, Deputado Romanelli.

Queria continuar esse pronunciamento no horário que me resta, na esteira do que falou o Deputado Péricles de Mello, a respeito da Audiência acontecida em Brasília, para buscar uma solução ao problema dos alunos, que na verdade são professores de um curso feito pela VIZI-VALE.

Falo isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, porque na semana passada viemos a esta tribuna, solicitar ao Presidente da Casa e ao Plenário, para que pudéssemos transferir a votação de um veto do Governo do Estado, em cima de um projeto do Deputado Péricles, que teve um substitutivo meu, tentando a solução desse fato. Acredito que deixar em suspenso a questão do veto foi fundamental e importante, para que pudéssemos ter essa Audiência, que representa aquilo que paranaense o deveria fazer, independente de partido político de Situação ou Oposição. Pude perceber a presença da APP - Sindicato nessa reunião do Conselho Estadual de Educação, de Deputados de diversos partidos políticos, de representantes dos Prefeitos do Paraná, que também estão dentro dessa situação, em razão de terem feito concurso público ou ascensão de cargo, para alunos que tenham certificado de conclusão dos cursos oferecidos pela VIZI-VALE.

Tivemos a presença do Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Federal, tivemos a possibilidade de expor o grave problema que pode se transformar ao Paraná o não reconhecimento desse curso. São 38, 40 mil alunos que fizeram o curso do começo ao fim, que pagaram pelo curso, que tiveram a expedição de um diploma e que agora, por uma diferença de pareceres do MEC, não se tem a definição a quem cabe o reconhecimento desses diplomas.

A solução, me parece foi boa e vejo, Deputado Péricles, a grande repercussão que poderá criar no Paraná porque, como falei há pouco, estava "embolorado" lá na divisa de São Paulo. E havia uma reunião da Associação dos Prefeitos daquela região, e daqueles prefeitos lá presentes, todos eles têm esse problema nos seus municípios. Portanto, isso não é um problema da região sudoeste, não é um problema da região oeste, é um problema do Paraná inteiro que, alimentados pela esperança de qualificação de professores para os municípios, acaba-

ram se inscrevendo, fizeram o curso e hoje temos essa dificuldade.

Mas, parece-me, saí da reunião com a certeza absoluta de que o problema passará a ser resolvido a partir do instante em que o Conselho Estadual e o Ministério da Educação reconheçam e digam que essa é uma competência do Conselho Estadual de Educação. E lá estava presente o professor Romeu, que aceita a responsabilidade de resolver esse assunto. E acho que, dentro de bem pouco tempo, poderemos ter essa solução para os professores que já eram funcionários de prefeituras, lecionando, e também, Deputado Péricles, para aqueles que se inscreveram no curso como voluntários ou como estagiários porque, afinal de contas, todos fizeram o mesmo curso, todos receberam o mesmo ensinamento, todos estiveram durante três anos estudando para se qualificarem. E, acima de tudo, importa para o país, importa para o Paraná que tenhamos a qualificação dos nossos professores municipais, que são aqueles que ensinam as primeiras letras para os nossos alunos do interior do Paraná.

Então, quero registrar aqui a satisfação de podermos ter tido essa Audiência e, na sequência, avaliaremos qual é o melhor caminho para o veto que está aqui nesta Casa. Talvez, ele seja importante, sim, de ser derrubado para que tenhamos mais força ainda para resolver, principalmente, o problema daqueles que eram estagiários e que eram professores voluntários nas prefeituras municipais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, gostaríamos de pedir a compreensão dos Parlamentares para registrar aqui a ausência do Deputado Marcelo Rangel. O Deputado Marcelo Rangel, devido ao fato do falecimento de sua avó, Carolina Cruz, razão pela qual ele se ausentou do plenário.

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN.

(**Declina**).

Bloco PR/PTB: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores.

Aproveitar, hoje, este dia para falar sobre um momento muito importante que vimos neste fim de semana, no aniversário de Reserva. Estava lá também o Deputado Antonio Anibelli, o Deputado mais votado em Reserva. Todo ano, a cada instante, estamos em Reserva. Mas, queria aqui registrar a importância, Deputado Batista, demais Deputados, Dr. Accorsi, os médicos desta Casa, a importância daquele projeto, Centro de Atendi-

mento da Mulher e da Criança. Eu não conhecia e fiquei maravilhado ao conhecer o projeto do Centro de Atendimento da Mulher e da Criança, um projeto que nos chamou a atenção pela sua simplicidade, mas também pelos equipamentos que foram colocados lá e que põem a cidade de Reserva no primeiro mundo por ter um Centro Municipal da Mulher.

Estivemos lá, eu e o Deputado Anibelli, não estive na inauguração, estive somente na sexta-feira, mas o Prefeito Neto nos mostrou, o Deputado Anibelli e eu andamos, vimos, acompanhamos a beleza que é o Centro de Atendimento da Mulher e da Criança. Equipamentos modernos, ultra-som, aquilo é um mini-hospital que nos dá as condições de cuidar das crianças, principalmente quando a mãe está no período de gestação. Uma obra sensacional. Eu não conhecia, mas fiquei maravilhado com os equipamentos, com tudo que lá é colocado, desde a entrada. Acho que esse é o grande projeto do Governo na Saúde, porque são pequenos centros que na verdade são hospitais preventivos. Vou chamá-los de hospitais preventivos porque vão dar a oportunidade para a mãe fazer ali todo acompanhamento naquele período tão importante que é a geração da vida!

Fiquei tão contente com essa obra, Deputado Anibelli, que hoje vou entrar aqui com um requerimento pedindo ao nosso Governador que faça dois em Ponta Grossa. Ponta Grossa merece dois também, não é porque é uma cidade grande, e aí fica a sugestão: que o Governo também faça nas cidades grandes, porque as cidades grandes têm a periferia e a periferia, muitas vezes, é mais pobre que algumas cidades menores. Por isso estou encaminhando um pedido ao Governador. Vou pedir, humildemente, quatro, um para cada região de Ponta Grossa. Ponta Grossa é uma cidade que precisa, em quatro pólos, desse Centro da Mulher, mas se não der para fazer os quatro que coloque dois, já é bom!

Esse projeto é maravilhoso! Adorei conhecê-lo e quero cumprimentar o Governador pelo Centro da Mulher. Eu tinha falado aqui que tinha visto em Cuba uma casa parecida com essa, parecida na questão da prevenção, mas nem chega perto, porque ali tem equipamentos, odontologia e o hospital. Não devia se chamar Centro da Mulher e da Criança; devia se chamar Hospital de Prevenção da Vida. Esse é o nome que deveria ter essa obra, uma obra simples, bem feita, bonita, bacana e que vai salvar muitas vidas.

Concedo o aparte ao Deputado Anibelli. Sei que V. Exa. foi um dos Deputados que lutou para colocar essa obra lá em Reserva e o povo também lhe agradece.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Jocelito, V. Exa. pousou em Reserva de quinta para sexta-feira e nós também, não no seu ônibus, V. Exa. pousou à margem da rodovia, mas estive tomando café da manhã no seu ônibus às 8h da manhã.

O seu trabalho, V. Exa. transmite os acontecimentos junto com a população. Lá víamos as crianças, as

mães, os pais, Vereadores, o Prefeito Neto, o Vice Alex, enfim, todo mundo, no período da manhã inaugurando uma escola. Quero que V. Exas. passem ao ouvir a minha declaração.

A escola antiga tinha queimado, o Prefeito prometeu reconstruir a escola e reconstruiu cinco vezes maior a escola. Mais de 700 m<sup>2</sup>, uma escola exemplo. No primeiro dia de aula estava funcionando também. E V. Exas. vejam o que o Tribunal de Contas disse ao Prefeito de Reserva: que o Prefeito precisava aumentar o custo das suas obras, porque era a obra mais barata que eles tinham visto até hoje. Uma obra daquela numa licitação natural custaria três ou quatro vezes mais.

Então, vejam como a Administração Pública é coisa séria. Lá estávamos inaugurando a escola na sexta-feira e no sábado inaugurando o Centro da Mulher. O Prefeito fez uma praça ao lado, Praça da Mulher, em homenagem às mães, às crianças, com a presença do nosso Secretário da Saúde. Um acontecimento maravilhoso, pelos 87 anos de Reserva.

Para não ficar atrás do Deputado Caíto, que esteve no maior rodeio de Colorado, lá em Reserva se realizou também talvez o maior rodeio da história de Reserva. Lá a população teve três dias de festa, com vários shows. Então, sentimo-nos felizes e honrados por representar um município de gente trabalhadora. Lá esteve o Deputado Alexandre Curi, que também era a 3ª Festa do Tomate, o município é o maior produtor de tomate do Paraná. Deputado Jocelito, Deputado Alexandre, eu, nós participando com a comunidade. Aí é que entra o Deputado. O Deputado vai ao rodeio, vai à inauguração da escola, do Centro da Mulher, almoça na Festa do Tomate, participa com a população. Essa é a vida do Deputado. Não é aqui fazer discurso, ou estar presente na Sessão registrando nome. A nossa presença é ouvindo a população, pegando na mão daquelas crianças que V. Exa. teve a oportunidade. Assim se faz política. Nós, Deputados do interior, é assim que recebemos os 4 mil e 081 votos que tive lá. O Governador ganhou com mais de 5 mil votos de diferença. É assim que se faz política.

Parabéns a V. Exa. V. Exa. é o representante autêntico da população, por isso que já foi Prefeito de Ponta Grossa e não sei se os nossos companheiros do PT, do PMDB, do Bloco, dos Democratas, do PPS, quem sabe lá os quatro Deputados vão disputar uma eleição, todos têm a cara de político e o cheiro de povo. Qualquer um dos quatro Deputados será um grande Prefeito, porque ser Prefeito é estar ao lado do povo.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado. Gostaria de pedir ao Governador que também faça esse Centro de Atendimento da Criança e da Mulher, em Ponta Grossa. Pelo menos dois, acho que a cidade também merece.

Fica registrado aqui. Essa obra é maravilhosa e vimos com os próprios olhos, uma obra de futuro para

salvar a vida, principalmente das crianças. Preventivamente, um belo trabalho. Todas as cidades do Paraná vão receber, espero que Ponta Grossa também receba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário do Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Pastor Edson, por 10 minutos.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para solicitar uma atenção especial dos nobres Pares ao item 12 da pauta de hoje, do ilustre Deputado Tadeu Veneri. Projeto esse que por um acordo nosso foi retirado por duas Sessões da Ordem do Dia. Estarei, no momento oportuno, encaminhando essa proposição e quero fazer algumas observações preliminares.

Tenho aqui um recorde do jornal Valor Econômico, datado do dia 27 de fevereiro de 2007, escrito por uma advogada especializada em Direito Bancário e mestre em Direito, Dra. Kátia Madeira Kliauga. Tentarei ler na íntegra esta carta que me auxiliou e espero que auxilie os nobres Pares para encaminharmos corretamente essa proposta de lei no dia de hoje.

(Lê):

“O correspondente bancário, assim chamado estabelecimento contratado por instituição financeira, pela resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3110, de 2003, não presta serviço bancário. Assim, incorreto enquadrar seus funcionários à categoria de bancário e exigir-lhe instalar dispositivos de segurança exclusivos a Bancos por força da Lei nº 7102, de 1983, como porta giratória e vigilante. Atribuir a supermercado, Correio e lotérica obrigações típicas de Bancos é um erro jurídico que traz implicações contrárias aos interesses da população destinatária deste serviço, o “desbancarizado”, pois onera a operação de tal forma que o sistema não se auto-sustenta. O efeito é que a população atendida pelo correspondente retornará à marginalidade no acesso a pagamento e recebimento de valores, em aberto desrespeito ao princípio constitucional de redução à desigualdade social.

O correspondente tem desempenhado importante papel no desenvolvimento sócioeconômico. O Desembargador Valdemar Capeletti, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região destacou tal benefício em acórdão favorável à Caixa Econômica Federal (CEF): *Não seria impróprio assinalar o benefício trazido à população pela oportuna difusão das agências lotéricas como correspondentes da Caixa Econômica Federal, facilitando o acesso das pessoas a serviços que antes só eram acessíveis em*



*agências bancárias, como pagamento de tributos e tarifas, além da movimentação de contas correntes e de poupança.*

Embora relevante o argumento social, operadores do Direito sabem da necessidade da base normativa como fundamento nas querelas judiciais. Os argumentos utilizados na disputa destas questões revelam precário conhecimento da lei bancária. Ninguém discute que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é suprema quanto às relações de emprego, nem que as Resoluções do CMN se destinam a regular atividades bancárias. O que se procura demonstrar é que a tutela constitucional do direito dos trabalhadores e da ordem econômica e financeira podem coexistir em harmonia, mas que no caso do correspondente contratado por Banco elas não se comunicam nem se contradizem.

Fazer equiparação do correspondente a bancário é inadequado. Primeiro, porque o correspondente não está sob autoridade do Banco Central (BC). As resoluções do CMN, publicadas pelo BC, tratam da contratação de correspondente por Bancos e não da atividade de correspondente em si, que é regulada por normas de direito privado. É o banco que, ao contratar correspondente, está sob a mira do Banco Central. Segundo, porque a CMN, em seu poder regulamentar, não autorizou Banco a contratar correspondente para prestar serviço que se confunde com sua atividade privativa. A Resolução nº 3110 é taxativa ao prever que empresa contratada como correspondente está sujeita à penalidade prevista na Lei nº 4594 de 1964, caso venha a praticar, por sua própria conta e ordem, operação privativa de Banco.

Assim, no universo fático, tal equiparação de correspondente a bancário gera sanções jurídicas, o que é prova evidente da inadequação de tal equiparação, pois revela seu caráter ilícito.

O cerne da questão está na definição de atividades privativa de instituição financeira (artigo 17 da Lei nº 4595). Instituição financeira é a pessoa jurídica pública ou privada que tenha como atividade principal ou acessória coleta, intermediação e aplicação de recurso financeiro, ou seja, intermediação financeira. O correspondente não faz intermediação financeira.

O correspondente não coleta ao público recursos em nome e benefício próprio: a ele é lícito encaminhar proposta de abertura de conta a ser aberta pelo Banco, e prestar serviço de depósito e saque entre correntista e Banco. Na aplicação do recurso, o correspondente encaminha pedido de empréstimo, cuja liberação do valor mutuado ocorrerá em nome do beneficiário. As relações contratuais - abertura de conta, depósito e mútuo - são entre Banco e usuário. Ao contratar o correspondente, o Banco não o subcontrata para realizar intermediação financeira, não havendo terceirização de atividade-fim. Se assim o fizesse, o Banco estaria terceirizando atividade que lhe é privativa, o que é vedado por lei. Reconhecer pagamento de conta, saque e depósito como atividade privativa de Banco leva ao absurdo de enquadrar-se loja

de conveniência que possua ATM em agência bancária. Desprovida também de fundamento a obrigação de instalar dispositivo de segurança no correspondente. A Lei nº 7102 obriga a instalação em estabelecimentos financeiros e não em locais onde haja movimentação de numerário. Se assim o fosse, supermercado deveria ter porta giratória. Determinante à aplicação desta lei é ser estabelecimento classificado como financeiro e, para tanto, o mesmo deve prestar intermediação financeira.

As normas de segurança do trabalho não podem também obrigar o correspondente a instalar dispositivo de segurança, uma vez que hoje inexistente norma regulamentadora que o obrigue a adotá-lo. Não se pode confundir falta de Segurança Pública com obrigação trabalhista, atribuindo às empresas o dever do estado de prestar serviço público de Polícia. Ao contra-argumentar o Ministério Público sobre insegurança das lotéricas, o Desembargador Capeletti entendeu que o assunto peca pela unilateralidade de perspectiva, pois *qualquer pessoa, em qualquer lugar, está sujeita a ser vítima de assaltos a quaisquer estabelecimentos, não só bancários ou financeiros como também comerciais, industriais ou profissionais, para não falar nas invasões de edifícios, condomínios ou simples moradias. O que dizer dos ataques a agências bancárias situadas dentro de instalações militares, ou destas próprias em busca de armas ou munições? Destarte, não atribuo a essa linha de argumentação o relevo emprestado.*

A expressão correspondente bancário não advém de lei e traz confusões. A norma de contratação de correspondente (esta, sim, a correta terminologia) se refere a correspondente no país. A lei colombiana adotou a esclarecedora expressão correspondente não bancário. O fato é que, independentemente da nomenclatura adotada, o correspondente não é bancário para todos os efeitos legais.

Katia Madeira Kliuga é advogada especializada em direito bancário e mestre em Direito pela King's College London.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações.

Valor Econômico - SP (27/02/07)."

A intenção, Srs. Deputados, embora volto a ressaltar que quando estivermos no momento do encaminhamento estarei encaminhando contrariamente a esta proposição, salvo se o Deputado Tadeu Veneri, em novo acordo, resolver remover essa proposição da pauta, estarei encaminhando, Deputado Valdir Rossoni, porque tenho amparo legal e tenho também conhecimento de causa não ser viável para a população, para o cidadão, que se coloque, se instale essas portas giratórias nas agências bancárias do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças: Democratas. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães, por 10 minutos.

### ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois temas me trazem aqui hoje nesta tribuna, que quero deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Um deles foi manchete de um dos jornais importantes da nossa cidade de Ponta Grossa, jornal O Diário da Manhã, que diz: “Traficante recapturado confessa homicídio em acerto de contas.” Mas o que me chamou a atenção é que notícias como essas estão se tornando uma normalidade dentro do estado do Paraná. Sabemos que a criminalidade avança significativamente e vem ocupando periodicamente as páginas dos jornais. Mas o que me espantou é que esse traficante que foi preso tem três condenações e já havia sido detido, preso por um bom período dentro do Presídio Ildebrando, lá na cidade de Ponta Grossa, mas ele fugiu e acabou cometendo novos crimes. Sete meses ele ficou sumido, Deputado Zucchi. Sabe aonde ele estava, Deputado Luiz Carlos Martins? Estava no assentamento dos sem-terra chamado Che Guevara, lá no município de Teixeira Soares. Estava há mais de sete meses escondido em uma das casas daqueles que estão assentados lá no Che Guevara. Mas o que mais me chamou a atenção foi que ele foi preso semeando maconha nas terras do assentamento, com um saco semeando maconha, e lá ele foi preso.

Então, queria aqui deixar registrado para ver a audácia das pessoas como está, e que uma boa parcela dos assentamentos acabam sendo instrumento de abrigo de bandido, e aqui está um dos exemplos: um condenado por três vezes por três crimes, traficante de drogas, preso dentro de um assentamento. Morava numa das propriedades há sete meses, e pior, preso semeando maconha lá no assentamento Che Guevara, no município de Teixeira Soares. Com certeza ele estava sendo acobertado por alguém dentro daquele assentamento.

Uma outra questão que me traz a esta tribuna é com relação aos colégios estaduais da cidade de Ponta Grossa. Acompanhamos e vimos, por inúmeras vezes, anúncios de que colégios da nossa cidade, que estavam num estado precário de conservação, seriam reformados. E realmente, depois de vários anos sendo anunciado, alguns dos colégios começaram a ser reformados. Muito bom, excelente. O que nós queremos são boas escolas, o bom espaço físico para que os alunos possam aprender, e naturalmente os mestres, os professores possam ensinar. Mas, o que também me causou estranheza é que eles estão reformando agora, durante o período de aulas, e o que acontece é que os alunos estão sendo liberados, não podendo assistir as aulas dentro do período letivo, tendo

que repor aula fora dos dias letivos, no final de semana, ou até mesmo no período de férias. O que sempre víamos eram as reformas acontecerem nas salas de aula durante o período de férias, e não durante o período de aula.

Quero deixar aqui registrado que várias escolas na nossa cidade de Ponta Grossa acabaram tendo que liberar os alunos, alguns por uma semana, outros por mais dias e assim por diante. O Colégio Regente Feijó foi um dos colégios que teve esse problema; o Colégio General Osório teve que dispensar quatro turmas por vários dias; o Colégio Meneleu de Almeida Torres também teve que liberar os seus alunos; o Colégio Elzira Correia de Sá também teve o começo das reformas e os alunos não puderam assistir as aulas.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Concordo com V. Exa. que deveriam fazer as reformas em outro período. Mas, por exemplo, o Colégio General Osório, há muitos anos não recebe uma reforma. É uma escola que, em dois, três meses, não conseguiriam fazer a reforma.

Vi na imprensa algumas pessoas reclamando que teriam que conviver com a reforma.

Fico feliz, com todos os problemas, que estejam reformando as escolas. Fico preocupado quando o Governo não faz as reformas.

Estamos reformando escolas, como a Osório que fazia anos que não recebia uma reforma e estão reformando inteira. Mesmo que atrasadas é importante que as obras aconteçam. Fico com essa idéia. Melhor do que não acontecer.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Como falei aqui, veio em boa hora. Atrasado, mas veio. Mas, com certeza, se viesse durante o período de férias, há um, dois, três anos atrás, a situação seria muito mais tranquila.

Mas a verdade é uma: estamos no sexto ano de Governo do Roberto Requião e essas promessas vêm desde o período eleitoral da primeira campanha do RR - Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente lamentar a violência que campeia e que continua gerando um clima de muita insegurança e medo aqui no Paraná.

Neste final de semana, bem perto daonde trabalhávamos, em Almirante Tamandaré, uma professora de 59 anos foi assaltada e os ladrões degolaram a professora. Morte horrível!

Também perto de nós, em São José dos Pinhais, uma moça com 18 anos, foi encontrada enforcada, dependurada em uma árvore.

Há pouco o Deputado Duílio Genari estava lamentando que Toledo, que sempre foi uma cidade calma, só no final de semana teve dois assassinatos.

Então, a violência está campeando no Paraná, e quase sempre a origem está na droga.

Daí a conclusão, o combate que as autoridades fazem é um pouco de sensacionalismo para a imprensa. Dá a impressão que não há droga em lugar nenhum.

Antes a droga só era usada pelo rico e em cidade grande. Hoje é consumida na cidade grande, média, pelo rico, pelo remediado e pelo pobre. A droga está na porta da igreja, na escola, na praça e até na porta da nossa casa.

É preciso um combate mais duro, mais eficiente para se eliminar os traficantes de drogas.

Tem essa notícia agora de que a fortuna de um dos maiores traficantes de drogas do mundo, o Abadia, estaria guardada aqui dentro de Curitiba, com outros poderosos traficantes que estão morando aqui em Curitiba, usufruindo do conforto desta capital.

#### **A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Me permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado, apenas para chamar a atenção. Já são vários os pronunciamentos feitos nesta Casa com relação ao combate ao tráfico de drogas. Mas, são poucos os pronunciamentos com relação a um amplo programa de combate ao uso de drogas. O traficante existe porque existe o usuário. E a quantidade de usuários cresce sistematicamente. Conhecemos poucas iniciativas. Vou confessar ao senhor: em 20 anos de exercício da minha profissão em Saúde Pública, poucas foram as abordagens que fizemos em prevenção ao uso de drogas, a esse mal que assola o nosso país.

Está na hora de cobrarmos, porque é uma questão de Saúde Pública, não só de Segurança. Cobrar um programa efetivo de combate ao uso de drogas e dar segurança aos nossos adolescentes, que como o senhor bem disse, são de todas as classes sociais. É esse registro que quero fazer no seu pronunciamento, dizer que o senhor tem razão em chamar a atenção desta Casa para este problema.

Muito obrigada.

#### **O Sr. Geraldo Cartário (PDT)**

Concede-me um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Belinati, sempre que se fala em Segurança nesta Casa, trago a triste notícia da Fazenda Rio Grande, onde mataram mais uma pessoa. Há dias atrás o

Deputado Luiz Carlos Martins, usando a tribuna, dava o nome da pessoa que tinha sido assassinada. E a coisa continua.

Sempre que se falar nesta Casa em Segurança, em nome da Fazenda Rio Grande, trago a triste notícia. Desta vez, ao amanhecer, domingo, foi morto um jovem de 25 anos, Edson Bispo. Da mesma forma que quatro pessoas, neste final de semana, também foram baleadas.

Então, além disso, a Fazenda Rio Grande hoje está recebendo foragidos de todo o Paraná, especialmente alguns de Foz do Iguaçu. Propus aqui ao Deputado Romanelli, Líder do Governo, que fosse estudar a possibilidade de o Governo colocar blitz constantes nas saídas de Curitiba. Esperamos isso para ter um pouco mais de sossego na nossa região metropolitana.

Obrigado, Deputado.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Obrigado, Deputado Geraldo Cartário.

Outro assunto, nobre Presidente Augustinho Zucchi, é sobre o funcionalismo público estadual. O Governador Requião mandou para a Casa um projeto estabelecendo o salário-mínimo regional para o empresário, a iniciativa privada pagar. Estou tomando a liberdade de entrar com uma emenda porque tem uma faixa do funcionalismo que não recebe nem o salário-mínimo regional. Que ele contemple também essa faixa de servidores que estão abaixo do salário-mínimo regional. Esperamos que a nossa emenda seja aprovada.

E a luta do SINDISEAB, que está reclamando e com razão, porque há uma lei federal que obriga os empresários a dar vale-transporte e auxílio-alimentação para os trabalhadores brasileiros, mas que uma grande parte dos servidores públicos estaduais do Paraná não recebem.

Estamos entrando com a emenda. Queremos fazer um apelo para que todo o funcionalismo possa ser contemplado com o vale-transporte e com o auxílio-alimentação. Vamos entrar com uma emenda em um projeto que será votado hoje - mas hoje não, tem que ser na 2ª votação. Esta Casa votará merecidamente um aumento para os servidores ativos e inativos, do Tribunal de Justiça do Paraná. Aprovamos o aumento do Tribunal de Contas, para o Tribunal de Justiça e para os servidores públicos estaduais e da Assembléia, não. Quero fazer um apelo às Sras. e aos Srs. Deputados, para que aprovem a nossa emenda - o funcionalismo vai poder acompanhar - estendendo esse aumento ao Tribunal de Justiça, também para todo o funcionalismo estadual do Paraná. Temos que tratar todos com igualdade.

**(Manifestação nas galerias)**

Presidente, o SindSaúde, o sindicato da brava gente da Saúde - tenho uma mensagem, aqui, mas infelizmente o tempo não permite ler o nosso apoio. Dizer que hoje, eu passava, debaixo de um sol quente, na porta do "Palácio do São Francisco" e vi um grupo de servidoras e servidores da área da Saúde na porta do Palácio, natural-

mente, tentando falar com a autoridade maior, o Governador Roberto Requião.

Lembro-me em uma ocasião, um cidadão estava indo a pé de casa e um caboclo o alcançou e disse: “Moço, onde fica o Palácio que o Governador trabalha?” Ele lhe ensinou onde era e falou: “Com quem é o que o senhor vai falar?” “Vou falar com o Governador. Sou do interior e a nossa estrada está uma porcaria, cheia de buraco.” O homem, acompanhando o caboclo disse: “Mas se o Governador atender o senhor e falar que não vai consertar a estrada?” “Vou falar que ele é um péssimo Governador.”

Foram até a porta do Palácio São Francisco, o homem se despediu do caboclo. Mais tarde, abriram a porta e mandaram o caboclo entrar. E quem era? Era aquele homem que estava vindo a pé de casa, como Governador, para trabalhar no Palácio São Francisco. Era o Governador Manoel Ribas, o famoso “Mané Facão”, que perguntou: “O que o senhor veio fazer aqui?” “Vim falar para o senhor que a nossa estrada, em Ortigueira, está cheia de buraco. Não arrumam e não dá para transportar a safra agrícola.” “E se o Governador falar que não vai atender o senhor?” “Aí, vou repetir lá atrás o que falei para o senhor, que o senhor é um péssimo Governador”.

Estou vendo o nobre Deputado Romanelli, que é um gentleman e que está bem humorado, eu estava lembrando do “Mané Falcão” e aquele povo embaixo do sol. Não vamos judiar desse pessoal, porque sol quente dá câncer de pele. Tem gente que gastou sola de sapato vindo atrás de uma jornada de 30 horas.

A nossa solidariedade ao SindSaúde. Contem com o nosso apoio e a nossa solidariedade. Esperamos que haja sensibilidade para atender essa reivindicação muito justa.

#### **(Manifestação nas galerias)**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Queria fazer um apelo aos nobres servidores que aqui estão, do SindSaúde, de pessoas que têm a nossa admiração e que vieram por várias vezes, que não fizessem a manifestação porque o nosso Regimento não permite. Gostaria de pedir a compreensão das senhoras e dos senhores que aqui estão. Até toleramos muitas vezes. Aplaudir, tudo bem, mas assovio não faz parte da nossa conduta.

Liderança do Governo.

**(Declina)**

Liderança da Oposição. Tem a palavra, o Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

#### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Primeiro a Liderança do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, Sr. Presidente, eu dou preferência ao Deputado Valdir Rossoni, porque certamente eu terei que responder ao nobre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas, o seguinte: a ordem aqui da Sessão de hoje é a Liderança do Governo e depois a Liderança da Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nós sabemos disso, mas eu e o Deputado Valdir Rossoni...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A menos que haja um acordo entre V. Exas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, sinceramente, quero cumprimentar o Deputado Romanelli pelo espírito de bondade que tomou conta dele. Deve ter sido a Páscoa. Mas eu não quero, de forma nenhuma, desrespeitar o Regimento e por isso dou preferência ao ilustre Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem a palavra, Deputado Romanelli.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, isso aqui vai virar uma bagunça! O senhor já passou a palavra para o outro orador, o Romanelli já deixou de falar, já passou, venceu o tempo, senão, daqui a pouco eu vou usar isso daqui uns dias também.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, apenas e tão-somente, houve uma conversa entre...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não houve nada, mas...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, tudo bem. Procuramos levar pelo bom senso. Deputado Rossoni com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me permita discordar do Deputado Jocelito Canto, mas foi apenas uma troca de gentilezas entre o Deputado Rossoni e o Deputado Romanelli e que, acredito, não causou nenhum prejuízo a esta Casa, ao bom andamento desta Sessão.

Sr. Presidente, o que me traz hoje à tribuna, Deputados, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, é um assunto que foi pauta na semana passada quando o Governo do Paraná contratou um jornal de circulação nacional, um

jornal de propriedade do ex-Governador de São Paulo, Orestes Quércia, quando esse jornal já tinha recebido, nos últimos quatro anos de Governo, R\$ 4 milhões e 700 mil do Governo do Paraná. Agora, na última semana, novamente, uma licitação a nível nacional e, por incrível que pareça, só compareceu a essa licitação um único jornal, Deputado Elio Rusch, e esse jornal é o DCI - Diário do Comércio e Indústria, jornal com sede, se não me falha a memória, em Campinas, de propriedade do ex-Governador de São Paulo.

Logo após termos feito aqui um alerta ao Governo - porque estava em processo de licitação - o dia do pregão foi mudado duas vezes. No primeiro momento esse pregão foi marcado para um determinado dia. Logo depois, duas horas depois, esse pregão foi antecipado. E aí o que aconteceu? Todos sabemos que jornais de circulação nacional temos vários e se formos, aqui, fazer uma pequena recordação dos nomes dos jornais que conhecemos, vamos lembrar da Folha de São Paulo, do Valor Econômico, do Estadão, o Estado de São Paulo, o jornal o Globo. Poucas pessoas aqui sabem e têm certeza absoluta que esse jornal, Hora, contratado, que já ganhou 4 milhões e 700 do Governo do Paraná, vai ganhar mais 3 milhões este ano, em torno de 8 milhões. Poucas pessoas neste Brasil sabem que este jornal é de circulação nacional! Primeiro que aqui no Paraná não circula e se circula é em lugares que eu não frequento, porque nunca cheguei em determinado lugar e encontrei esse jornal.

Achamos aquilo um absurdo e alertamos o Governo. O que nós entendemos por pregão eletrônico? É onde se dá a oportunidade para todos os jornais de circulação nacional se cadastrarem e por telefone participarem do pregão. O que aconteceu? Lamentavelmente, da forma como foi conduzido e a coincidência de fatos, primeiro fato: esse jornal não tinha certidão negativa, CND. No dia que foi prorrogado o mandato do pregão, foi prorrogado pela forma que vimos aqui, porque o jornal não cumpria as exigências. Aí foi antecipado, porque logo depois esse jornal conseguiu o CND e aí, coincidentemente, por grande sorte, esse jornal do Sr. Orestes Quércia participou sozinho do pregão eletrônico. Uma coisa quase inédita, porque como é que de tantos jornais de circulação nacional apenas um jornal, que para nós paranaenses é desconhecido, participa e ganha esta quantidade de recursos do Governo do Paraná?

Por essa razão, na semana passada alertamos o Governo para que anulasse esse pregão, porque estávamos vendo vícios nesse pregão. Logo a seguir tivemos a oportunidade de ver uma decisão - e a maior prova está aí - uma ação de um jornal de Ponta Grossa, havia também uma concorrência pública da questão dos jornais do Paraná e o jornal de Ponta Grossa entrou com recurso. O que o Conselheiro Artagão de Mattos Leão fez? O Conselheiro suspendeu a licitação, por possíveis irregularidades.

Estamos encaminhando - e espero contar com os votos dos Deputados do Governo - um requerimento ao Tribunal de Contas para que sejam verificadas as possí-

veis irregularidades e suspenda a contratação desse jornal, porque os paranaenses ainda perguntam: "Por que contratar o jornal do Orestes Quércia, se há outros jornais?" E aí sim sabemos que são jornais de circulação nacional!

Como o Tribunal de Contas teve a coragem de suspender a concorrência dos jornais estaduais por eventuais irregularidades, quanto a licitação dos jornais de circulação nacional não temos dúvida, todos os indícios levam a crer que o pregão foi viciado, que o pregão está eivado de irregularidades!

Segundo: pode até ser moral, não quero discutir essa questão, mas ora, no outro dia, na reunião do PMDB nacional, quem lançou o Governador do Paraná a candidato a Presidência da República?

Coincidentemente, há grandes coincidências nessa história. Quem lançou o Governador Requião candidato a Presidente da República? Ninguém mais, ninguém menos, que o dono do jornal, ex-Governador de São Paulo, Orestes Quércia.

Por esta razão, estou sendo repetitivo aqui, Deputado Traiano, porque daí tem que prevalecer a razão, espero que o requerimento aprovado por esta Casa seja imediatamente analisado pelo Tribunal de Contas, em nome da transparência, da decência, da verdade. Seja suspenso esse pregão e seja suspensa essa contratação. Certamente, Deputado Romanelli, se V. Exa. fizer essa recomendação ao Governador Requião, dizer a ele que pegou muito mal, na opinião pública, esse possível conchavo entre Quércia, entre Requião, entre pregão. Uma coisa que ficou muito nebulosa. Seria muito bom que o Governador do Paraná, neste momento, recebesse o telefonema do seu competente Líder desta Casa e suspendesse a contratação. Certamente a população do Paraná respeitaria esta Casa e começaríamos um processo de atividade legislativa, marcando um novo tempo, porque estamos fazendo um alerta em nome de todos os paranaenses.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Deputado Valdir Rossoni, o nosso tempo está muito escasso, mas agradeço pelo aparte, para informar a V. Exa. que vou até me aprofundar nesse tema. Os números preliminares que obtive são justamente do custo. Enquanto o jornal Folha de São Paulo, que é R\$ 174 o centímetro/coluna por anúncio de publicidade legal, para atender o princípio da publicidade dos atos, principalmente das concorrências nacionais e internacionais, o jornal DCI, que é um jornal que circula nacionalmente, sabemos também que o jornal DCI, que é justamente destinado a esse público que vai participar das licitações, as grandes empresas, efetivamente apresentou o preço de R\$ 58 o centímetro/coluna.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não é possível transgredir o tempo aqui, porque está programado. Peço que V. Exa. conclua, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero fazer uma pergunta para cada Deputado, funcionários, as pessoas que representam e trabalham pela Saúde do nosso estado, que estão aqui. Pergunte para si próprio e responda para você mesmo: você já ouviu falar no jornal Orestes Quércia, de circulação nacional? Responda para si, não responda para mim.

Obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 065/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a conclusão do calçamento com pedras na estrada que liga a comunidade do Canjarana até a BR-369, no município de Mamborê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 066/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário dos Transportes uma atenção especial à comunidade do município de Ubitatã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 067/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à COHAPAR uma atenção especial à necessidade de habitações populares no município de Ubitatã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 068/08, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de calçada e cobertura na entrada de acesso ao Colégio Estadual Jorge Andriguetto, no município da Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, com apoio do Deputado Elton Welter e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 586, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 02/04/08, devido a compromisso em Jacarezinho, para participar de solenidades alusivas ao aniversário da cidade. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 587, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 01/04/08, devido a compromissos, na condição de Presidente da Comissão de Saúde, em missão oficial, visitando o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos e Wenceslau Braz. **À Comissão Executiva.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 556/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a implantar, no município de Fazenda Rio Grande, a Delegacia da Mulher. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/07, de 07/08/07, em Projetos de Lei).**

Passo a presidência ao eminente Deputado, nosso Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede isenção do pagamento de taxas estaduais. Relativas a renovação da Carteira Nacional de Habilitação. (DETRAN). **Aprovado.**

#### **REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 754/07**

**A Assembléia Legislativa do**

**Estado do Paraná**

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam as pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos isentas do pagamento de quaisquer taxas estaduais relativas a renovação da Carteira Nacional de Habilitação, emitida pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, do estado do Paraná.

Parágrafo Único. A isenção, a que se refere o *caput* deste artigo, fica limitada às pessoas com renda mensal de até 05 (cinco) salários-mínimos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/03/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 832/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que disciplina o uso de capacetes pelo condutor de motocicleta e do respectivo passageiro nos prédios públicos e privados do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 152/08, de 26/11/08, em Projetos de Lei).**

### 2ª Discussão

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 650/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada, com sede e foro no município de Paranaguá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em discussão. Em votação. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados. A intenção do Deputado Nereu Moura é para que se faça a chamada nominal, até porque daqui a pouco teremos a apreciação do veto.

Convido a 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, que procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Só para registrar a minha presença.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Só para registrar a presença.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)

Só para registrar a presença.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Só para registrar a presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quarenta e seis Srs. Deputados presentes!

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no município de Palmeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**Aprovada a emenda da CCJ.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, o grupo União pela Vida - Umuarama, com sede e foro na cidade de Umuarama. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em discussão. Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia da Recordação do Holocausto, no dia 27 de janeiro de cada ano. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do bairro Taboão, com sede e foro no município de Curiúva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 043/07, de 09/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 338/07

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária dos Moradores do bairro Taboão, com sede e foro no município de Curiúva, Paraná.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICT E CEMA.

**Aprovado. (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 508/07

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, busca tornar obrigatória à contratação, pelas empresas com potencial poluidor, de responsável técnico em meio ambiente no estado do Paraná.

#### Fundamentação

Inicialmente verifica-se que o presente projeto de lei, visa tornar obrigatória a contratação de profissional qualificado por empresas com potencial poluidor, para preservação do meio ambiente. De primordial relevância ainda destacar o que preceitua a Carta Magna de nossa República:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (grifo nosso)*

Deste modo, verificamos que o autor do processo legislativo está em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como se faz totalmente aferível sua legitimidade, pois como se verificou com relação à matéria aqui analisada a Constituição Federal dá ao autor capacidade para atuar.

Além disto, verifica-se que o meio ambiente de acordo com a Lei nº 6938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) é conceituado como conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Ora, se o conceito de meio ambiente nos traz a idéia de elementos e fatores em equilíbrio, a poluição vai existir toda vez que resíduos (sólidos, líquidos e gasosos) produzidos por microorganismos, ou lançados pelo homem na natureza, forem superiores à capacidade de absorção do meio ambiente, provocando alterações

nas condições físicas existentes afetando a sobrevivência das espécies.

Outrossim, quando o projeto traz obrigações às empresas que sejam potencialmente poluidoras, sob égide do interesse público vemos ainda de mais valia a preocupação do ente legislativo, uma vez que a poluição é essencialmente produzida pelo homem e esta diretamente relacionada com os processos de industrialização e a conseqüente urbanização da humanidade. Esses são dois fatores contemporâneos que podem explicar claramente os atuais índices de poluição, principalmente, porque o desenvolvimento vem se efetivando em detrimento ao meio ambiente, sem um planejamento adequado ou uma política de crescimento sustentável.

Um planejamento no que se refere às formas de exploração do meio ambiente se faz indispensável, pois como sendo uma das grandes preocupações do mundo contemporâneo é necessária a utilização de todas as formas de proteção que estejam palpáveis parte de toda a sociedade. Neste cerne, vemos que o autor do presente está muito bem intencionado, bem como dentro desta política de desenvolvimento sustentável, e um planejamento ambiental por parte dos profissionais qualificados na área, diminuiria o risco das empresas, pois ao vislumbrar os riscos assumidos em razão da industrialização teria a capacidade de mensurar o *quantum* estariam sujeitas às normas da legislação penal ambiental.

Destarte, a responsabilidade penal surge quando em virtude de conduta omissiva ou comissiva o agente poluidor violar uma norma de direito penal, consubstanciando a prática de crime ou contravenção penal. Ou seja, com base nisto, seria muito mais interessante às empresas a contratação de profissionais qualificados, até como sendo forma de prevenção.

Por vênha salientar também o que preceitua a Constituição Estadual:

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

*V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;*

Com base nisto vemos que o autor está cumprindo o seu dever, exigindo uma realização de estudos prévios, bem como traçando diretrizes para as empresas que possuam potencial de poluição.

Destarte ao exposto, verifica-se que o presente projeto é revestido de legitimidade de seu autor, ou seja, quanto à sua iniciativa, estando assim cerceado de constitucionalidade.



De outro modo, devemos buscar a análise do presente projeto de lei quanto a sua legalidade frente à técnica legislativa, cujos requisitos são oriundos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Sob este paradigma vejamos a necessidade de algumas observações ao presente projeto, mais especificamente no que se trata dos artigos 6º; 7º, parágrafos 2º e 9º.

A lei exige que o texto legislativo deve ser claro e objetivo, tal fato ocorre nos artigos supracitados, todavia encontraríamos nos mesmos vícios quanto à matéria, isto porque, vem o autor legislar acerca de matéria pertencente a competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, tendo em vista que trata das atribuições e funções administrativas do órgão competente.

Poderíamos observar de tal modo que ocorreria uma ofensa à Constituição Estadual. Então, tendo em vista a importância do tema que aqui tratamos, dentro das prerrogativas legais cabíveis a esta Comissão, balizados tanto na lei complementar quanto no Regimento Interno desta Assembléia, com o intuito de preservar a essência do presente projeto e sua constitucionalidade e legalidade, opina-se pela alteração dos artigos mediante emenda substitutiva geral.

#### **Conclusão**

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto de lei encontra óbice junto ao artigo 11 da Lei Complementar nº 095/98, o qual para tanto deverá ser sanado de acordo com a emenda substitutiva geral em anexo.

Por derradeiro, verificou-se que o projeto ora analisado encontra-se em acordo com os preceitos constitucionais e legais, de tal modo que fica assim revestido de constitucionalidade e legalidade, com base no exposto, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa, ressalvando que para tanto deve ser observado a emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 30/10/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 508/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário à apresentação do presente substitutivo geral, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam obrigadas as empresas potencialmente poluidoras a contratarem pelo menos um responsável técnico ambiental.

Art. 2º O responsável técnico poderá ser:

- a) técnico em meio-ambiente;
- b) engenheiro ambiental, ou;

c) engenheiro químico com especialização em segurança ambiental;

d) tecnologia em: Segurança Ambiental e Química Ambiental;

e) empresas de consultoria e/ou Engenharia Ambiental.

Art. 3º Para os fins previstos nessa lei consideram-se potencialmente poluidoras as empresas, e as atividades desenvolvidas por elas, conforme Tabela de Atividade Potencialmente Poluidora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, constante do Cadastro de Atividade Potencialmente Poluidora.

Parágrafo Único. Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades humanas que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

II - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

III - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente.

Art. 4º A responsabilidade técnica do estabelecimento será comprovada por declaração de firma individual do técnico ou do engenheiro, por contrato social ou estatuto da pessoa jurídica, pelo contrato de trabalho do profissional ou pelo contrato de prestação de serviços da empresa responsável.

Parágrafo Único. Cessada a assistência técnica pelo término do contrato, rescisão do contrato de trabalho ou pela vontade das partes, o responsável técnico ambiental responderá pelos atos praticados durante o período em que estava vigente a relação contratual.

Art. 5º O responsável técnico ambiental deverá produzir programas que garantam, tanto quanto possível, as condições de segurança ambiental, trabalhando na prevenção de acidentes e nas medidas emergenciais nos possíveis acidentes.

§ 1º Os programas de que trata o *caput* desse artigo deverão estar a disposição na sede das empresas, nos edifícios, nas plantas industriais e nos casos de transporte deverão estar em posse do motorista, para as autoridades públicas consultarem a qualquer momento.

§ 2º Além dos programas descritos no *caput*, o responsável técnico deverá assegurar, por meio de laudos periódicos, que o plano está sendo cumprido e que não há contaminação do meio ambiente pelos efluentes potencialmente poluidores.

§ 3º Nos casos em que o plano não tiver sido cumprido, ou não tiver sido suficiente para a contenção dos afluentes poluidores, o responsável técnico deverá dimensionar os danos, apresentar o laudo com o resultado do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, contendo, também, as medidas de compensação e de contenção do dano.

Art. 6º O não cumprimento da presente lei implicará em multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por empregado da empresa, por mês, até a regularização.

§ 1º As multas recolhidas comporão o Fundo Estadual de Meio Ambiente.

Art. 7º As empresas potencialmente poluidoras terão um prazo de 120 (cento e vinte dias) para adequarem-se a presente lei.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo, mediante decreto dos órgãos competentes, para o fiel cumprimento desta, definir as atribuições administrativas, em conformidade com o artigo 5º da presente lei.

Parágrafo Único. As atribuições administrativas tratadas no *caput* deste, devem incluir também o processo administrativo em grau de recurso.

Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30/10/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 508/07

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 508/07, de iniciativa do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente.

Os aspectos de constitucionalidade e legalidade foram examinados pela Comissão de Constituição e Justiça, que adotou parecer favorável ao trâmite regimental da matéria.

O autor ressalta em sua justificativa que “o Paraná já foi palco de acidentes ambientais de proporções alar-

mantes. O número de acidentes ambientais no Paraná em 2005 foi de 127 e, em 2006, foram 197 acidentes, mais de um acidente a cada dois dias.”

“Se as empresas que foram agentes desses acidentes ambientais tivessem contratado um técnico ambiental e esse elaborasse um programa de prevenção, muito da degradação e do dano ambiental já seria evitado.”

Nos aspectos que competem a esta Comissão analisar, o projeto está em condições de seguir seu trâmite regimental, de forma a que o douto Plenário desta Casa de Leis possa vir a discutir o mérito da iniciativa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20/02/07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente  
OSMAR BERTOLDI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 508/07

P A R E C E R :

A Comissão de Indústria, Comércio e Turismo adotou parecer, emitido por este Relator, favorável ao projeto em análise.

Desta feita, analisamos o projeto sob o prisma das atribuições da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que são apontadas no artigo 33, parágrafo 12 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 33 ...

§ 12 - À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam a conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

Depreende-se que o autor pretende tornar obrigatória, às empresas com potencial poluidor, a contratação de técnico qualificado, visando a preservação do meio ambiente, medida de caráter preventivo que pode ter grande impacto nas ações preservacionistas em nosso estado.

No projeto, o autor estabelece a qualificação necessária ao técnico em questão e a sua responsabilidade, bem como aponta as atividades potencialmente poluidoras, utilizando a tabela de atividades potencialmente poluidoras do IBAMA. O projeto também conceitua poluição e seus efeitos, de forma clara e objetiva, não deixando dúvidas sobre seus fins, ainda estabelecendo multa pelo não cumprimento de seus termos, mas também fixando prazo para adaptação das empresas.

Nos aspectos que competem a esta Comissão analisar, opinamos favoravelmente ao projeto, visto que sua aplicação como lei é mais um dispositivo que pode vir em benefício de todos os paranaenses, através da prevenção de fatores poluentes.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente  
OSMAR BERTOLDI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 593/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

Os Projetos de Lei nºs 593/07 e 044/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse e do Deputado Luiz Fernandes Litro, respectivamente, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José - CASJ, com sede e foro no município de Campo Mourão, Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista a anexação do Projeto de Lei nº 593/07 ao Projeto de Lei nº 044/08, a fim de adequar as disposições de um Projeto ao outro, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA  
PROJETO DE LEI Nº 593/07 E Nº 044/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declara de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José - CASJ, com sede e foro no município de Campo Mourão, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 758/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que cria no estado do Paraná o Programa Casa do Mestre - Programa de Incentivo à Habitação Própria dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino. PARECERES FAVORÁVEL DA CCJ, CECECT E COPTC. **(Publ. no DA nº 136/07, de 24/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 758/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, cria no estado do Paraná o Programa Casa do Mestre - Programa de Incentivo à Habitação Própria dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

*Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.*

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso V e X, diz:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;*

*VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;*

Quanto á técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 27/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 758/07

**Relatório**

A carência habitacional atinge um número significativo de brasileiros distribuídos em todas as regiões do país sem distinção de localização regional, seja urbana ou rural.

São várias as ações desenvolvidas pelo poder público e pelas organizações criando alternativas para o problema de moradia no Brasil.

No Governo Federal através do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal e em convênios com Governos dos Estados e prefeituras municipais executando parcerias com organizações sociais fomentando políticas de créditos e desenvolvendo programas de companhias de habitação, são algumas das várias iniciativas que possibilitam a execução de medidas afirmativas, para solucionar esta mazela que atinge a população brasileira.

#### **Parecer do Relator**

O Programa Casa do Mestre de incentivo à habitação própria do professor da rede pública estadual de ensino vem atender uma categoria de profissionais, que na maioria das situações recebem salário incompatível com a sua função e dedicam à vida no intuito desenvolver a formação da população.

Louvando a iniciativa do nobre Parlamentar de reconhecer estes profissionais e apresentar relevante projeto apresentamos parecer favorável e pedimos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO**

##### **PROJETO DE LEI Nº 758/07**

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Reni Pereira, que tem por finalidade favorecer a tão importante classe de professores e suas famílias, para acesso à sua habitação própria, com um programa especial a ser desenvolvido pela COHAPAR, é merecedor de nosso apoio e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por ser de relevante interesse público.

Analisada a matéria à luz do Regimento Interno e da Constituição Estadual, no que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, e em conformidade com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, muito bem fundamentado pelo Relator, Deputado Luiz Carlos Martins, e estando o projeto em acordo com a técnica legislativa, oferecemos parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18/12/07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **Em discussão. Em votação.**

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Quero dizer que já discutimos este tema, na semana passada, e o nobre autor, o Deputado Reni Pereira, concordou em retirar da pauta, em função do parecer que apresentamos, dos convênios.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Retiramos por duas Sessões.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sim. Ele retorna, porque sabemos que este projeto é autorizatório e que fere o princípio da separação dos Poderes, ou seja, este projeto teria que ser de autoria do Poder Executivo e não do nobre Parlamentar, porque é um projeto que, de fato, visa criar um programa na esfera do Poder Executivo. Ou seja, quando aqui já aprovamos o plano plurianual e votamos a lei orçamentária, cumprimos nossa obrigação do ponto de vista da concepção dos programas que o Governo deve executar. E entre eles está o Programa da Casa do Servidor Público, que se inclui, no caso, a Casa do Mestre. Inclusive não apresenta qual é a fonte de recursos, daonde devem ser retirados ou suprimidos recursos para serem acrescidos. Ou seja, o projeto é flagrantemente inconstitucional.

Por isso já encaminhamos, pedimos ao autor para retirar, acabou retornando a esta Sessão, quando nós, efetivamente, encaminhamos contrariamente ao presente projeto, por conta de ser autorizatório e interfere na esfera do Poder Executivo. Era isto, Sr. Presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Reni Pereira.

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)**

Só para esclarecer e também encaminhando, Sr. Presidente, até em respeito às palavras do Líder, na última quarta-feira tivemos dificuldades, e foi o motivo pelo qual retiramos da Ordem do Dia. Acredito que o Líder o Governo depois deve ter lido a informação que veio da COHAPAR, assim como eu li a que ele me emprestou, e lá estava bem claro o seguinte: que os professores do estado do Paraná - isto veio no documento enviado ao Líder, pela COHAPAR - poderiam procurar qualquer instituição bancária e retirar o financiamento, ou seja, pode ir ao BRADESCO, ao Itaú, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, e que o estado do Paraná estava prestes - não sei se já realizou, mas isto também independe da vontade - estava prestes a realizar um convênio com a Caixa Econômica Federal, para que celebrasse os financiamentos de servidores públicos.

E eu mantenho. Se o Líder do Governo for utilizar da sua força para derrubar o projeto, só quero lembrar aqui, Deputado Valdir Rossoni, que teve amplo apoio nesta Casa o projeto da Deputada Luciana Rafagnin, que criava algo semelhante em relação à Casa das Famílias Rurais do Paraná. Também temos, por parte da COHAPAR, entre outros, a Casa Familiar Indígena.

Quer dizer, por que não se criar projeto específico e um programa específico para os professores do Paraná? Existe possibilidade? Sim, existe. Se o Governo quiser acatar, e eu até trouxe aqui, para exem-

plificar, algo que ocorreu com um projeto de sua autoria, V. Exa. propôs em 25 de fevereiro deste ano um projeto de lei que eu fui o Relator na Comissão de Finanças, autorizando a cessão do imóvel à APAE de Foz do Iguaçu. Encontrou apoio na CCJ, porque na verdade tem o resguardo para V. Exa. apresentar isso, e hoje chegou nesta Casa, V. Exa. que já foi Líder do Governo nesta Casa, chegou o Projeto de Lei nº 096, copiando o seu projeto. Quer dizer, se o Governo tem intenção de doar, por que não espera chegar - certamente o Líder do Governo tem informação - não espera chegar lá e acata o seu projeto, que não tem vício de constitucionalidade? Inclusive justificamos na CCJ por onde que o Deputado Dobrandino poderia fazer esse projeto visando a doação lá. Da mesma maneira, discordo do Líder do Governo, não tem visto de constitucionalidade. Se o Governo entender que é contrário ao interesse público que vete, como tem vetado tantos outros.

Então, mantemos o projeto e peço apoio a ele, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Encerrada a discussão. Em votação.

Para encaminhar, o Deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para me somar às palavras do Deputado Reni Pereira, e dizer que temos que cuidar quando encaminhamos alguns projetos, porque o Deputado Reni Pereira foi muito feliz. Quando a Deputada Luciana Rafagnin encaminhou a esta Casa um projeto de lei criando um programa de habitação, ele foi aprovado, foi sancionado pelo Governo, e me parece que foi implantado. Quando se fala em projeto autorizatório, na sua inconstitucionalidade, ora Srs. Deputados, Deputado Valdir Rossoni, o que é que a Assembléia aprovou?

Deputado Romanelli, se tem uma coisa que é sagrada, constitucionalmente, é o aumento do funcionalismo, de exclusiva competência do Governo do Estado. A origem desse projeto, e o que é que aprovamos aqui na Assembléia? Um projeto oriundo dos Deputados da base do Governo, propondo um aumento para os Secretários de Estado. Foi aprovado e foi sancionado pelo Governo do Estado. Ninguém falou da inconstitucionalidade, nem o Governador. Pegou e sancionou. Um projeto autorizatório visa, única e exclusivamente, Deputada Luciana Rafagnin, V. Exa. que foi autora, que está aqui agora secretariando os trabalhos desta Casa, criando um programa também na área rural no estado do Paraná, que é um programa excelente, ninguém argüiu a inconstitucionalidade. Agora, pelo fato do Deputado Reni Pereira ser autor de um projeto, um projeto de alcance social para os nossos mestres, para os professores, vem alguém do Governo falar da inconstitucionalidade, e o projeto é

autorizatório, vamos autorizá-lo! O Governador implanta se ele quiser.

Agora, temos que tomar cuidado quando votamos o projeto. Ou todos são inconstitucionais, ou nenhum é inconstitucional. É duro, Sr. Presidente, ouvir de Deputados, de Parlamentares, de acordo com seus interesses não pessoais, mas seus interesses políticos: “Depende, de quem é a origem? Quem é o autor do projeto? É um Deputado da Oposição? É um Deputado da base independente?” Aí é inconstitucional. Agora, se é da base do Governo, aí não é inconstitucional, aí pode aprovar. Ainda mais quando se fala em aumento do funcionalismo, ou aumento do Secretário.

Então, por essa razão eu digo: quem não tem passado não tem história. Nós temos história nesta Assembléia, por isso tem que lembrar o passado e por isso temos que votar no presente.

Então, não vejo motivo nenhum de querer derrubar esse projeto do Deputado Reni Pereira. Vamos aprová-lo, o Governador sanciona se ele quiser. Em ele sancionando, ele implanta se quiser, porque ele não é determinativo, ele é autorizatório. Por essa razão, é a minha razão, Sr. Presidente, de eu ocupar este espaço e encaminhar o projeto favoravelmente ao Deputado Reni Pereira, porque não é concebível uma vez você ouvir constitucional e outra vez inconstitucional.

Conte com o nosso apoio.

Muito obrigado!

**O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)**

Quero declarar o meu voto favorável ao projeto do Deputado Reni Pereira.

Como Presidente da CCJ votei favorável ao projeto na Comissão. Tenho uma visão diferente, defendendo o projeto autorizatório na Assembléia Legislativa.

O Governador é um Governador que defende a Educação, como poucos na história do Paraná. E não vejo nenhum inconveniente aprovarmos, dando um indicativo da Assembléia Legislativa, através de um projeto autorizatório, que a Assembléia Legislativa se coloca com sua força para que esse problema seja efetivado a favor do professor do estado do Paraná.

Tenho certeza que o Deputado Romanelli também pensa da mesma forma.

Muito obrigado!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Já encaminhei o projeto, mas quero esclarecer à nossa Bancada que cada Parlamentar pode votar de acordo com aquilo que acredita em relação aos projetos autorizatórios.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 856/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. (Publ. no DA nº 160/07, de 11/12/07, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 856/07

#### P A R E C E R :

##### **Do Projeto**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

##### **Do Banco Postal**

Através da Resolução 2707/00, alterada pela Resoluções 3110/03 e 3153/03, do Banco Central do Brasil - BACEN e, da Portaria 588/00, do Ministério das Comunicações, foi criado o denominado Banco Postal, permitindo que agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em todo o país desempenhassem algumas operações bancárias.

Em 24/09/01, precedido de processo seletivo, a ECT e o Bradesco, celebraram contrato de prestação de serviços de correspondente bancário, assim, as agências dos correios passaram a funcionar como extensão da instituição financeira, com atribuição de executar serviços bancários, tais como, abertura de contas, realização de depósitos e saques, recebimentos de pagamentos, concessão de empréstimos e financiamentos e cobrança de títulos, entre outros.

Em princípio a implantação dos postos do Banco Postal se daria em comunidades distantes e de difícil acesso, desprovidos de agências bancárias, como de fato ocorreu, mas, atualmente, até em grandes centros têm sido implementados, trazendo consigo, os perigos de segurança inerentes à movimentação de valores.

##### **Do Parecer sobre a Constitucionalidade e Legalidade**

Preliminarmente, se faz necessário esclarecer, que a presente proposta não está legislando sobre serviço postal e nem sobre sistema financeiro ou monetário, que são matérias de competência privativa da união, e sim, sobre segurança e relação de consumo nas agências dos correios que possuem banco postal.

Nos capítulos em que trata dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos sociais, a Constituição Federal determina:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

(...)

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;*

Embora não exista legislação específica dispondo sobre esta matéria, em diversas demandas judiciais se tem discutido a aplicação, por analogia, da Lei Federal nº 7102, de 20/06/83, ao Banco Postal da ECT, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, que prevê:

*Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei.*

*Parágrafo Único. Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupanças, suas agências, subagências e seções.*

*Art. 2º O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:*

*I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;*

*II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e*

*III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.*

Estes dispositivos se referem à obrigatoriedade de possuir sistema de segurança para qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, incluindo equipamentos eletrônicos, que, por analogia deveria ser aplicado ao Banco Postal, já que, seus empregados lidam com circulação de valores, ficando expostos aos perigos de assaltos, como já tem acontecido aqui no Paraná. Se os bancários estão protegidos com normas de segurança, por que não haveriam de merecer proteção também os trabalhadores dos correios que desempenham função similar?

Para analisar a constitucionalidade e legalidade da proposta, objeto deste parecer, nos socorremos das decisões dos Tribunais em demandas que questionam leis

estaduais e municipais que legislam sobre segurança dentro de bancos, onde há farta jurisprudência confirmando que se trata de interesse local, portanto, de competência dos estados e municípios, como demonstraremos a seguir (com destaques):

**Do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:**

Bancos do Rio terão que cumprir leis que protegem o consumidor.

Por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio declarou a constitucionalidade de seis leis estaduais e municipais que visam garantir a proteção do consumidor dentro dos bancos. Elas obrigam as agências a instalar cadeiras para idosos, gestantes e deficientes físicos, ter banheiros e bebedouros públicos, colocar segurança e câmeras nos caixas eletrônicos e a atender os clientes em, no máximo, 20 minutos.

A Arguição de Inconstitucionalidade foi provocada pela 8ª Câmara Cível do TJRJ, tendo por base um mandado de segurança impetrado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). A instituição pretendia anular as multas e os autos de infração aplicados contra seus associados. Segundo a FEBRABAN, as leis seriam inconstitucionais pois invadiriam a competência da União para legislar sobre o sistema financeiro, como prevê o artigo 192 da Constituição Federal e a Lei 4595/64.

Os argumentos, porém, não foram suficientes para convencer o Relator do processo, Desembargador Fabrício Bandeira Filho. Segundo ele, longe de dispor sobre a invasão da competência federal, as leis questionadas se limitaram a disciplinar assunto de interesse evidentemente estadual e municipal, para propiciar melhor atendimento à população local, o que também está previsto na Constituição, nos artigos 30 e 24, inciso 5º.

*Não se entende o que banheiros e bebedouros tenham a ver com a fiscalização financeira. As leis estaduais e municipais apenas se ativeram à exigência de preservação da segurança do consumidor”, afirmou Fabrício Bandeira Filho, que foi seguido em seu voto pelos demais Desembargadores do Órgão Especial.<sup>1</sup>*

**Do Supremo Tribunal Federal - STF:**

AI-AgR 574296/RS - Rio Grande do Sul

AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 23/05/06 Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA:

Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada, proferida em consonância com entendimento desta Corte. 3. Agências bancárias. Instalações de equipamentos de segurança. Competência legislativa municipal. Interesse local. Precedentes. 4. Art. 93, IX, da Constituição. Ofensa não confi-

gurada. Acórdão devidamente fundamentado. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

AI-AgR 491420/SP - São Paulo

AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. Cezar Peluso

Julgamento: 21/02/06 Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTAS:

1. RECURSO. Agravo de instrumento. Inadmissibilidade. Peça obrigatória. Procuração outorgada à advogada da parte agravada. Ausência. Não configuração. Conhecimento do agravo. Deve conhecido agravo, quando lhe não falte peça à instrução, sem que isso implique consistência do recurso extraordinário. 2. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Competência legislativa. Município. Edificações. Bancos. Equipamentos de segurança. Portas eletrônicas. Agravo desprovido. Inteligência do artigo 30, I, e 192, I, da CF. Precedentes. Os municípios são competentes para legislar sobre questões que respeite a edificações ou construções realizadas no seu território, assim como sobre assuntos relacionados à exigência de equipamentos de segurança, em imóveis destinados a atendimento ao público.

RE-AgR 312050/MS - Mato Grosso do Sul

AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator (a): Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 05/04/05 Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA:

Estabelecimentos bancários - competência do município para, mediante lei, obrigar as Instituições Financeiras a instalar, em suas agências, dispositivos de segurança - inoccorrência de usurpação da competência Legislativa Federal- Recurso Improvido. O município dispõe de competência, para, com apoio no poder autônomo que lhe confere a Constituição da República, exigir, mediante lei formal, a instalação, em estabelecimentos bancários, dos pertinentes equipamentos de segurança, tais, como portas eletrônicas ou câmeras filmadoras, sem que o exercício dessa atribuição institucional, fundada em título constitucional específico (CF, artigo 30, I), importe em conflito com as prerrogativas fiscalizadoras do Banco Central do Brasil. Precedentes.

RE-AgR 427463/RO - Rondônia

AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator (a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 14/03/06 Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTA:

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário. Agências Bancárias. Tempo de atendimento ao público. Competência. Município. Artigo 30, I, CB/88. Funcionamento do Sistema Financeiro

1. Notícia publicada em 05/10/06, em <http://srv85.tj.rj.gov.br/publicador/noticiasweb.do>

Nacional. Artigos 192 e 48, XIII, da CB/88. 1. O município, ao legislar sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas em seu território, exerce competência a ele atribuída pelo artigo 30, I, da CB/88. 2. A matéria não diz respeito ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (artigos 192 e 48, XIII, da CB/88) 3. Matéria de interesse local. Agravo regimental improvido.

Assim como os Tribunais têm firmado entendimento segundo o qual não é de competência exclusiva da união legislar sobre temas ligados à atividade bancária, entre eles, a instalação de portas eletrônicas, conseqüentemente temos que concluir que, analogamente, a proposição ora analisada, também não está invadindo a iniciativa da união, visto que, ficou demonstrado que a proposta diz respeito à matéria de interesse local do estado, qual seja, a segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

#### **Conclusão**

Por tudo o exposto, se conclui que, o Projeto de Lei nº 856/07 está em conformidade com a constitucionalidade e legalidade, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 856/07**

#### **P A R E C E R :**

De autoria do Deputado Tadeu Veneri o presente Projeto de Lei torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, entende que as agências dos correios se transformaram em bancos, sendo realizado todas as operações bancárias, inclusive depósitos de somas expressivas em dinheiro, saques, transferências e pagamentos de benefícios do INSS.

Tal proposta beneficiará a população, pois com o dispositivo de segurança instalado, os funcionários e cidadãos estarão mais protegidos da violência urbana.

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 856/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/03/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente  
NEY LEPREVOST - Relator

**Em discussão. Em votação.**

#### **O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)**

Esse projeto foi retirado por duas Sessões e retornou hoje.

Entretanto, a pedido do Líder do Governo, do Deputado Pastor Edson Praczyk e, num entendimento com o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, chegamos a um acordo para fazermos uma Audiência Pública a respeito desse tema, porque há uma divergência.

Então, estou encaminhando um pedido, assinado pelos dois Líderes, da Situação e Oposição, para retirarmos por oito Sessões e fazermos uma Audiência Pública, nesse meio tempo, para termos uma pacificação do tema.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Há Requerimento nº 594, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 08 (oito) Sessões. **Aprovado.**

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Quero aqui parabenizar a postura do Deputado Tadeu Veneri que, muito preocupado por esse tema que envolve a violência, especialmente a segurança dos servidores dos Correios, apresentou esse projeto.

O projeto tem uma controvérsia, porque são 400 agências de Correios que tem o correspondente postal.

É necessário que possamos aprofundar a discussão e a operacionalização dessa medida.

Fico aqui muito satisfeito com a postura do Deputado Tadeu Veneri. Parabéns ao Deputado Tadeu Veneri.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 08 (oito) Sessões do Projeto de Lei nº 856/07.

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel para a PROVOPAR, nesta capital. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Mensagens).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 003/08**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 003/08, oriundo de Mensagem Governamental, tem por fim autorizar a cessão de uso de áreas de terras situadas na rua Dr. Muricy nº 950, conforme Transcrição Imobiliária nº 51.903, da 1ª Circunscrição da Comarca da Capital.



“Cessão de Uso é aquela em que o Poder Público consente o uso gratuito de bem público por órgãos da mesma pessoa ou de pessoa diversa, incumbida de desenvolver atividade que, de algum modo, traduza interesse para a coletividade.”

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina, especificamente, em seu artigo 10: *Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

O presente projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a cessão de uso de propriedade de imóvel do estado à uma pessoa jurídica de direito público interno: o PROVOPAR.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina: *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Também quanto à técnica legislativa, o presente projeto não encontra óbice perante a Lei Complementar nº 095/98.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto de lei ora analisado.

Sala das Comissões, em 27/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 003/08**

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise tem como escopo a autorização legislativa para que o Poder Executivo efetue cessão de uso de imóvel, nos moldes do artigo 10 da Constituição Estadual.

Aos 27 de fevereiro do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta Comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 27/02/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/08, de autoria

do Poder Executivo - Mensagem nº 004/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel, ao município de Jandaia do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Mensagens).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 004/08**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O projeto apresentado de autoria do Poder Executivo tem por finalidade autorizar a cessão de imóvel nº 6, quadra nº 70, com área total de 641,80 m2, contendo área edificada de 205 m2, no município de Jandaia do Sul, Paraná, conforme transcrição das transmissões sob nº 7237 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana.

**Fundamentação**

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Com relação ao mérito, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.*

O projeto está de acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a cessão de uso da propriedade de imóvel do estado à uma pessoa jurídica de direito interno, no caso o município de Jandaia do Sul.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não fere os dispositivos da Lei Complementar nº 095/98.

Ressalvo, contudo, não obstante a origem do objeto da lei seja idônea, como sugestão apenas, que os projetos de doações e cessões de imóveis sejam acompanhadas das respectivas certidões de ônus, devidamente atualizadas das Escrituras Públicas de Compra e Venda e/ou Registro Público Imobiliário a fim de se averiguar a sua legitimidade, procedência e possíveis gravações, hipotecas, etc.

**Conclusão**

Desta forma, entende-se que o projeto deva ser contemplado com a tramitação normal nesta Casa de leis tendo em vista a sua constitucionalidade. Sou de parecer pela sua aprovação para que seja apreciado no mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 04/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 004/08**

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise tem como escopo a autorização legislativa com fins de cessão de uso de imóvel pertencente ao estado do Paraná a município paranaense.

Aos 4 de março do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta Comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 04/03/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 113/08, que dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do

Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 4,46%, a partir de 01/01/08. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/08, de 28/02/08, em Ofícios).**

PROJETO DE LEI Nº 050/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), a partir de 1º de janeiro de 2008, de conformidade com a tabela de níveis de vencimentos constante do Anexo I desta lei.

Parágrafo Único. O reajuste de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento) corresponde à revisão geral anual prevista no artigo 277, inciso X, da Constituição Estadual.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/01/08, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/02/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS - EM REAIS  
ANEXO I**

<b>Ordem</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
1	1.005,73	1.296,62	1.660,89	2.094,23	3.095,74	3.993,97
2	1.029,26	1.326,44	1.694,76	2.143,28	3.168,30	4.087,55
3	1.053,35	1.356,95	1.729,35	2.193,50	3.242,51	4.183,31
4	1.077,99	1.388,17	1.769,80	2.244,87	3.318,48	4.281,33
5	1.103,23	1.420,09	1.811,22	2.297,49	3.396,22	4.381,64
6	1.129,04	1.452,75	1.853,60	2.351,32	3.475,81	4.484,30
7	1.155,46	1.486,16	1.896,97	2.406,41	3.557,24	4.589,37
8	1.182,49	1.520,34	1.941,36	2.462,79	3.640,58	4.696,91
9	1.210,16	1.555,31	1.986,79	2.520,48	3.725,90	4.806,94
10	1.238,48	1.591,08	2.033,28	2.579,56	3.813,20	
11	1.267,46	1.627,67	2.080,87	2.640,01	3.902,53	

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o reajuste de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), incidente, a partir de 1º de janeiro de 2008, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, de conformidade com a tabela constante do anexo I do presente anteprojeto de lei.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o anexo I deste anteprojeto, substitui àquela constante do anexo I da Lei Estadual nº 15639, de 02/10/07, e reflete a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 12 meses do exercício de 2007, atendendo-se, por conseguinte, os preceitos da Constituição Estadual contidos no artigo 27, inciso X.

O impacto orçamentário-financeiro anual da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2008, totalizará um acréscimo no montante da despesa bruta de pessoal de R\$ 10.437.000 (dez milhões, quatrocentos e trinta e sete mil reais) em 2008 e R\$ 10.907.000 (dez milhões, novecentos e sete mil reais) e R\$ 11.398.000 (onze milhões, trezentos e noventa e oito mil reais) em 2009 e 2010, respectivamente.

Esses valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante na Informação nº 010/08, datada de 19/02/08, da Assessoria de Planejamento deste Tribunal (em anexo), não comprometendo o limite de gastos com pessoa e encargos social do Poder Judiciário. A despesa líquida de pessoal passa a representar, em média, nos três exercícios, cerca de 3,80% (três vírgula oitenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7%, cf. artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de anteprojeto de lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, na Sessão Ordinária realizada em 22/02/08.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (Lei Estadual nº 15757/07).

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DA PRESIDÊNCIA**

**Informação:** nº 10/08, de 19/02/08.

**Assunto:** Estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente ao anteprojeto de lei que trata do reajuste de 4,46%, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná.

**0. Síntese**

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro correspondente ao anteprojeto de lei que trata do reajuste de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos, importa em um acréscimo anual de

- R\$ 10.437.000 em 2008.

- R\$ 10.907.000 em 2009

- R\$ 11.398.000 em 2010

O percentual da Despesa Líquida com Pessoal, do Tribunal de Justiça, sobre a Receita Corrente Líquida do Estado, nos três anos, alcança o valor médio de 3,80%, portanto, aquém do limite prudencial de 5,7%.

**1. Introdução**

O reajuste de 4,46% refere-se à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período de 1º de janeiro a 31/12/07, nos termos do publicado pelo IBGE. O IPCA de 4,46% tem por finalidade a atualização, a partir de 01/01/08, do valor real dos vencimentos básicos, em vigência, estabelecidos no anexo I da Lei nº 15639, de 02/10/07, em face da necessidade de reposição das perdas inflacionárias, em conformidade com o estipulado no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual.

A Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - LRF, dispõe em seu artigo 17 sobre as despesas obrigatórias de caráter continuado. Determina que os atos que criarem ou aumentarem despesas dessa natureza deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, prevista no inciso I do artigo 16, bem como, demonstra a origem dos recursos para seu custeio.

**2. Situação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais em dezembro/07.**

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Tribunal de Justiça, realizados no exercício de 2007, adotando-se o critério de apuração previsto no artigo 20, inciso II, alínea "b", combinado com o disposto no artigo 22, parágrafo único, da LRF, alcançaram o percentual de 3,72%, portanto, aquém do limite prudencial de 5,7% estabelecido para o Poder Judiciário na LRF, conforme Quadro 01 a seguir.

Quadro 01		
DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS REALIZADA EM 2007		
Descrição	Unidade	Valor
Despesa Bruta com Pessoal em 2007	R\$ Mil	562.270
Deduções - artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Resolução TC 7598/02	R\$ Mil	98.167

Total Líquido da Despesa com Pessoal - TDP	R\$ Mil	464.103
Receita Corrente Líquida em 2007 - SEFA - RCL	R\$ Mil	12.466.463
Percentual de Despesa com Pessoal (TDP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)	%	3,72%
Limite Prudencial - (artigo 22 da LRF) - 5,70%	R\$ Mil	710.588
Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, janeiro/07 a dezembro/07 Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário do Estado do Paraná		

**3. Cálculo do aumento de despesa**

O reajuste de 4,46% incidirá sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo,

a partir de 01/02/08, importando no custo anual de R\$ mil 10.437.

Descrição	Folha mensal jan/08	Reajuste de 4,46%	Total acréscimo mensal	Total acréscimo anual x 13,33
Folha de pagamento referente servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça, sujeita à incidência de reajuste	17.547	783	783	10.437
OBS: 1. Valores fornecidos pelo Departamento Econômico e Financeiro (excluídos os proventos dos serventuários). Não inclui Magistratura. 2. O Total anual contempla o 13º salário e o terço de férias.				

**4. Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro e Demonstrativo de Origem dos Recursos**

O Orçamento para o exercício de 2008 (Lei nº 15750/07) e o Plano Plurianual 2008 - 2011 (Lei nº 15757/07) estabelecem as dotações orçamentárias para

Poder Judiciário relativas aos exercícios de 2008 a 2010, conforme Quadro 03. Poder Judiciário relativas aos exercícios de 2008 a 2010, conforme Quadro 03.

**4.1 Dotações orçamentárias para Pessoal 2008 a 2010**

Atividade	Natureza da Despesa	Orçamento 2008	Orçamento 2009	Orçamento 2010
		Em R\$ Mil	Em R\$ Mil	Em R\$ Mil
	<b>Pessoal e encargos sociais</b>	<b>601.421</b>	<b>627.524</b>	<b>663.601</b>
2.002	Atividades judiciárias	443.805	463.604	493.125
	Magistratura (Subsídio+13º+Fér+O.P.)	204.377	212.553	221.055
	Servidores Ativos	239.428	251.051	272.070
	Vencimentos e Vantagens Fixas+13º salário +Adicional de Férias+Obrigação Patronal	201.750	209.819	218.214
	<b>Provisão para reajuste dos Servidores Ativos do Quadro Efetivo</b>	<b>5.554</b>	<b>5.776</b>	<b>6.007</b>
	<b>Outros Vencimentos e Vantagens Fixas (3.1.90.11.99)</b>	<b>10.231</b>	<b>12.687</b>	<b>24.170</b>
	Cargos em Comissão, sem vínculo + Obrigação Patronal	21.893	22.769	23.679

9.002	Encargos com inativos e pensionistas	157.616	163.920	170.476
	Magistratura Inativa (Subsid + 13°)	69.309	72.080	74.963
	Servidores Inativos	64.969	67.569	70.271
	Servidores Inativos + 13° salário	62.807	65.320	67.932
	<b>Provisão para reajuste dos Servidores Inativos, prevista no orçamento</b>	<b>2.162</b>	<b>2.249</b>	<b>2.339</b>
	Serventuários Inativos + 13° salário + div	23.338	24.271	25.242

#### 4.2 Impacto Orçamentário-Financeiro

O acréscimo no percentual de 4,46% (anteprojeto de lei anexo), com vigência a partir de 01/01/08, importa em uma despesa adicional, anual, de R\$ mil 10.437 no exercício de 2008, conforme detalhado no Quadro 02.

Para os exercício subsequentes, aplicamos uma variação inflacionária de 4,5% ao ano, com base na meta de inflação estabelecida pelo Banco Central resultando

em um custo anual de R\$ mil 10.907 para 2009 e de R\$ mil 11.398 para 2010.

#### 4.3 Demonstração da origem dos recursos

Os recursos orçamentários destinados à cobertura de acréscimo de despesas decorrentes da aplicação da nova tabela de níveis de vencimentos, nos termos propostos pelo anteprojeto de lei anexo, são extraídos do Quadro nº 03 e ficam evidenciados no Quadro 04.

Quadro 04			
	2008	2009	2010
1. Recursos orçamentários disponíveis	10.437	10.907	11.398
- Provisão para reajuste - Servidores Ativos	5.554	5.776	6.007
- Parte rubrica 3.1.90.11.99 - Outros Vencimentos e Vantagens Fixas	2.721	2.882	3.052
- Provisão para reajuste - Servidores Inativos	2.162	2.249	2.339
2. Impacto Econômico-Financeiro estimado	10.437	10.907	11.398

Para a elaboração do Orçamento, em julho/07, a provisão para reajuste dos servidores ativos e inativos foi estimada com base na inflação de 3,86%, prevista para 2007 na tabela 04 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei 15.609 de 22/08/07). Resultou insuficiente pelo fato de que o IPCA de 2007 situou-se em 4,46%.

Para complementar a dotação será utilizada uma parcela da rubrica liberada 3.1.90.11.99 - Outros vencimentos e vantagens fixas, que apresenta saldo não comprometido, conforme indicado no Quadro 04.

Outrossim, cumpre-se destacar que a reposição salarial, ora proposta, não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo de metas fiscais da LDO-2008, tendo em conta que o incremento na despesa com pessoal, conforme proposição detalhada no Quadro 02, é compatível com as dotações orçamentárias estabelecidas para o Poder Judiciário no Orçamento Anual e Plano Plurianual.

A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 20 e 22, da LRF, está demonstrada no Quadro 05, a seguir apresentado.

#### 5. Estimativa da Receita Corrente Líquida para 2008, 2009 e 2010.

A Receita Corrente Líquida dos anos de 2008, 2009 e 2010 foi estimada com base na Receita Corrente Líquida constante do Relatório de Gestão Fiscal do Departamento Econômico-Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (R\$ mil 12.466.463, em dezembro/07). Aplicando-se, para dezembro/08, expectativa inflacionária de 4,5%, teremos uma RCL de R\$ mil 13.027.45. Para 2009 e 2010 utilizamos o mesmo crescimento percentual das Receitas Não-Financeiras do Estado do Paraná, projetadas na Tabela 05 da LDO-2000 ou sejam, de 5,61% para dezembro/09 e de 5,48% para dezembro/10, e obtivemos as provisões a seguir demonstradas:

APLICAÇÃO DOS LIMITES PERCENTUAIS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA O GASTO COM PESSOAL			
Quadro 05			
Exercícios	Dez/08 R\$ Mil	Dez/09 R\$ Mil	Dez/10 R\$ Mil
RCL Receita Corrente Líquida (estimada)	13.027.454	13.758.294	14.512.248
6% da RCL	781.647	825.498	870.735
Limite prudencial para a despesa com pessoal (artigo, 22 parágrafo único, LRF) 5,7% da RCL	742.565	784.223	827.198
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais Prevista na LOA/2008 e PPA 2008/2001	601.421	627.524	663.601
Deduções (artigo 19, parágrafo 1, LRF e Resolução 7598/02 do TC	102.583	107.035	113.188
<b>Total Líquido da Despesa com Pessoal</b>	<b>498.838</b>	<b>520.489</b>	<b>550.412</b>
<b>Percentual de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida</b>	<b>3,83%</b>	<b>3,78%</b>	<b>3,79%</b>

Constata-se que o total líquido de Despesa com Pessoal ficará aquém do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Curitiba, 19/02/08.

(a) EDSON NEVES GUIMARÃES  
Diretor da Assessoria de Planejamento

#### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Ajuizados Especiais, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 26/02/08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 050/08

#### P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná *Dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 4.46% a partir de 01/01/08.*

Em síntese, a proposição reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Paraná ativos e inativos com direito à paridade plena. A iniciativa do projeto de lei é de competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, na forma da Constituição Estadual. A proposição vem acompanhada dos anexos obrigatórios pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois a mesma cumpre os requisitos formais e legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 050/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 050/08, em análise, de autoria do Poder Judiciário, dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao foro judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 4.46% a partir de 01/01/08.

A proposição visa a manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas durante o ano de 2007.

Os valores decorrentes da medida serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário.

Instrui o projeto a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, conforme exigência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/03/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**Discussão Única (Proposições)**

**ITEM 16**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a inclusão dos municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na região sudoeste do estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC Nº 150/07

Curitiba, 22/06/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 109/07, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 213/07, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo incluir na região sudoeste do estado, os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha.

O veto ora apostado decorre do fato de que, segundo informações prestadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, a conformação territorial regional do Paraná, assim como a do Brasil, é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e que, na esfera federal, estão sendo realizados estudos de revisão da regionalização brasileira.

Ressalte-se que o exercício das atribuições e medidas legais adotadas por órgãos federais sobre o assunto em causa, estão previstas no rol das matérias de competências legislativa privativa da união, conforme preceitua o artigo 22, inciso XVIII, da Magna Carta, demonstrando, assim, a inconstitucionalidade do presente Projeto de Lei nº 213/07.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 213/07 encontra-se publicado no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 064/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo incluir os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na região sudoeste do estado do Paraná.

**Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71 Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 20/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**Em discussão. Em votação.**

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, é uma matéria de relevante interesse do sudoeste do Paraná. O sudoeste encontra-se prejudicado, em função de que, estatisticamente, deixam de se considerar números econômicos e demográficos do sudoeste e é contabilizado como se fosse do centro-oeste do Paraná. Todavia, queria pedir a V. Exa. que seja retirada da pauta por uma Sessão para que, num acordo que fizemos com os Deputados, possamos trabalhar essa matéria para votar com mais firmeza e tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Nereu Moura, já há alguns dias negamos um pedido idêntico a este ao Deputado Valdir Rossoni, até porque o veto não pode ser retirado de pauta depois de colocado. O Regimento é claríssimo, a não ser que o Plenário vote - e o Plenário é soberano - favoravelmente ao Requerimento nº 595 de V. Exa., solicitando o adiamento de votação da Proposição nº 064/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 231/06, por 01 (uma) Sessão.

**Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Muito embora respeite V. Exa., quero recorrer da sua decisão de V. Exa. ao Plenário.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário ao adiamento. Quero pedir que esta Casa, os Deputados votem que não precisamos. Os Deputados já tem o julgamento sobre o assunto. Estamos aptos a votar.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar o requerimento do Deputado Nereu Moura, no sentimento de que esta Casa tem se pautado sempre nas votações pelo elevado interesse público. E no caso específico, é um tema muito relevante e há uma controvérsia em relação à competência do IBGE e do IPARDES.

Nesse meio tempo, até quarta-feira faremos as conversações necessárias para que possamos orientar, de forma responsável, o voto das nossas bancadas. Também pedir aos demais Parlamentares, como é um acordo com o autor da lei, que possamos respeitar esse acordo, retirando do Plenário por uma Sessão, voltando na Ordem do Dia de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se o Plenário assim o decidir, vamos votar pelo painel. Adiaremos por uma Sessão. Votaremos na quarta-feira.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Por um acordo de lideranças, o adiamento por uma Sessão, mas eu sinceramente, para quem conhece o sudoeste do Paraná, não vejo o porquê do adiamento. Por isso o meu posicionamento é contra o adiamento, mas ora, Deputado Nereu Moura, com toda legitimidade de quem conhece, quem anda pelos caminhos do sudoeste, todos sabem que Palmas, Clevelândia, é a entrada do sudoeste, está na história do Paraná. No mínimo poderíamos votar. O que sinto neste momento, me causa muita preocupação qualquer veto que venha do Governador. Noventa e nove por cento dos projetos apresentados são vetados pelo Sr. Governador. O Governador ainda não vetou um projeto meu, porque eu não lhe apresento, para não dar este prazer a ele. Agora estão querendo revogar o nosso passado e a nossa história, o que está escrito nos livros. Se você encontrar um livro, seja do autor que for, se você procurar um paranaense, que não saiba que Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha são sudoeste, eu poderia entregar o meu diploma de Deputado.

Vou permanecer na minha posição. Não concordo com o adiamento, mas me submeto à maioria e espero que no dia de amanhã convençam o Sr. Governador, que está querendo revogar a história do Paraná.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa posição de Bancada já era no sentido de apoio ao projeto do Deputado Nereu Moura, tanto que votamos favoráveis. Ouvindo a nossa Deputada Luciana Rafagnin, que conhece muito bem a região, a nossa tendência é a de derubada deste veto. Mas como o próprio autor propôs aqui o adiamento, por uma Sessão, para conversar com o Governador a respeito desta questão, concordamos com o adiamento, porque há aqui o entendimento de que não é um ou dois dias que vão alterar a nossa posição.

Que haja realmente um entendimento, porque a própria Bancada do PMDB está dividida em relação a esta questão. Somo favoráveis ao adiamento por um dia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, em entendimento com o Bloco Independente, estendo o apelo pelo não adiamento para os demais Pares, em função simples. O Deputado Nereu Moura nos procurou e nos convenceu de todos os trâmites estarem adequados constitucionalmente. Então, compreendemos que de hoje para a próxima Sessão, ou daqui a duas Sessões, não vai mudar absolutamente nada. Em



respeito à Bancada Independente e aos demais Parlamentares que puderem nos seguir, encaminhando pelo não adiamento da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Vai se proceder à votação do requerimento, por maioria simples. Deputado Nereu Moura requer adiamento da votação da Proposição nº 064 por uma Sessão, item 16 da Ordem do Dia.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento, votam com expressão SIM. Os Deputados que forem contrários ao requerimento, votam com a expressão NÃO.

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

O PDT vota NÃO.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, encaminhando pela votação NÃO, porque não vai solucionar o problema do veto em um dia. É apenas recomendação.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, consulto a Liderança do PP, como vota a Bancada do Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos em regime de votação. Já suspender a votação e passar à apuração.

Encerrada a votação.

Vai se proceder à apuração.

Quarenta e seis Srs. Deputados votaram. Vinte e cinco SIM. **Está aprovado o requerimento.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão da Proposição nº 064/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 213/06.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, só uma pergunta: por uma Sessão, é a transferência de hoje para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. Amanhã é a Sessão, quarta-feira será votado o veto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas dizer o seguinte: hoje não entrei, aqui, no mérito dos fundamentos, tanto do IPARDES, quanto da Secretaria do Planejamento. Ouvi aqui o nobre Líder, Deputado Valdir Rossoni, falar que queríamos revogar a história do sudoeste. Claro que não. Por óbvio que no mérito vai se entender essa situação e ver que a competência de definir mesorregiões no Brasil é do IBGE e não do IPARDES.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com sua discussão adiada.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Comunicado à Mesa**)

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. É do conhecimento de todos os Srs. Deputados e Deputadas que o SindSaúde esteve hoje aqui, justamente para acompanhar esta Sessão, porque, como eu falei no início, havia uma pauta a ser entregue e que infelizmente não foi entregue ao Governo. Mas amanhã, quero comentar uma nota, Deputado Romanelli, que me parece que tem todo dinheiro de fazê-la, o Governo, mas não me parece que ajuda. Uma nota que sai da Agência de Notícias do Estado, fazendo uma dura crítica ao Sindicato da Saúde por ter gasto com o transporte de seus associados para virem para cá, por terem feito faixas e por terem feito queima de fogos. Ora, hoje é o dia que nós lembramos os 44 anos do golpe militar.

Então, espero que não tenha nenhum saudosista esperando fazer novamente esse tipo de coisa que proíbe os sindicatos de se manifestarem.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 558, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, como o Deputado Romanelli já me passou as informações, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

**Devidamente retirado pelo autor.**

Requerimento nº 572, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 582, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 589, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 576, de autoria dos Deputados Nereu Moura, Luiz Fernandes Litro, Caíto Quintana e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 580, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 566 e 567, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 569 e 570, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 571, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 583 a 585, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 588, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 590 e 591, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 592, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**).

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tem um requerimento meu que eu não ouvi ser lido, até porque gostaria de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Qual é o requerimento?

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

É um requerimento que foi protocolado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um requerimento requerendo registro na ata?

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Sim.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já foi devidamente encaminhado para o registro na ata.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Não é mais possível encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. pode encaminhar.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Sr. Presidente, gostaria, até para corrigir uma questão com referência ao golpe militar de 64. Todos falam que é e que aconteceu no dia 31 de março, para não dizerem que foi no dia 1º de abril, dia da mentira.

Então, deixo nos registros desta Casa, para corrigir essa questão da data ou para ser lembrado que a data não foi realmente dia 31 de março e também porque um dos mais importantes jornalistas, radialistas, locutor e político, comentarista da TV Tarobá, o Paulo Martins, fez parte desse dia quando o Leonel Brizola chegou na Rádio Farroupilha. E no dia 1º de abril, o Paulo Martins, que é de Cascavel, da TV Tarobá, se tornou o locutor oficial, determinado por Leonel Brizola, do Presidente João Goulart. E o João Goulart, que chegou no dia 2 em Porto Alegre, não pode assumir a presidência, porque o Presidente do Senado simplesmente definiu a vacância do cargo, alegando que João Goulart estava fora do país.

Então, por essa e outras razões, elogiando a participação do locutor da Rádio Farroupilha, Paulo Martins, e também para corrigir essa data, dizer que o golpe militar, além de ser uma grande mentira, foi no dia 1º de abril. Eles manipularam com habilidade e décadas depois se tornou verdadeiro o 31 de março.

Quero registrar, deixar nos Anais desta Casa para que a história seja corrigida no futuro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado e constará nos Anais dessa Assembléia.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 1º de abril, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 764/07 e 002/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 650/07, 033 e 059/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 338, 508, 593 e 758/07, 003 e 050/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 057 e 080/08.

Levanta-se a Sessão.

**Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO Nº 592 DO SR. DEPUTADO EDGAR BUENO EM SESSÃO DO DIA 31/03/08.

**Primeiro de Abril**

Mario de Almeida em 19/09/03.

Não eram 8h da manhã de 01/04/64, quando o então Deputado Federal Leonel Brizola chegava à Rádio Farroupilha, líder absoluta de audiência no Rio Grande e colocava no ar, como já o fizera em 1961, a Cadeia da Legalidade. O Hino da Legalidade, de Lara de Lemos e Paulo César Peréio, composto no Teatro de Equipe, a pedido do então Governador Brizola, abriu a transmissão, numa tentativa de se abortar o golpe em marcha.

O radialista de plantão era Paulo Martins, que, no site [ternura.com.br](http://ternura.com.br), assina um artigo onde execra com fúria as guerrilhas, guerrilheiros e os movimentos de Esquerda durante a ditadura militar, prestou um valioso testemunho sobre os acontecimentos daquela manhã, onde Brizola lhe diz: “Muito bem... Você agora é o locutor oficial do Dr. João Goulart, o Presidente da República. E vamos pro ar para reeditar a Cadeia da Legalidade e acabar com essa farsa do Meneghetti”. (Meneghetti era, então, o Governador do Estrado, que havia requisitado todas as emissoras de rádio naquele dia).

Paulo Martins conta:

“Fomos para o estúdio, mandei o Artur Godoy, operador de som do horário, rodar o Hino da Legalidade (tão explorado na primeira Cadeia da Legalidade em 1961); mandei o Henrique Xavier, apresentador do Alô Rio Grande, interromper os avisos, sentei à frente de um dos microfones e Leonel Brizola sentou à frente do outro. Ele falava de improviso e a mim cabia ler os manifestos que vinham do “Gabinete de Imprensa”, orientado por Eldio Macedo (hoje na imprensa carioca), instalado, àquelas alturas, precariamente, na sala do departamento

de esportes. E ali ficamos, eu de um lado e o Brizola de outro, até por volta do meio-dia, quando então o chamado QG foi transferido para a Prefeitura, cujo Prefeito era o Sereno Chaise

No início da madrugada daquela noite de uma chuva fina, já 2 de abril, Jango chegou a Porto Alegre para reunir-se com o General Ladário Telles, recém-nomeado Comandante do 3º Exército, com Gerais-Comandantes de algumas regiões, Brizola e o Prefeito Sereno Chaise. Enquanto Brizola tentava convencer Jango a partir para o confronto das armas, Jango recebeu a notícia que o Presidente do Senado, Auro Moura Andrade, desconhecendo o comunicado de Darcy Ribeiro de que o Presidente João Goulart estava em território brasileiro, declarou a vacância da presidência. E daí, pela Constituição, deu posse a Ranieri Mazzili como o novo Presidente do Brasil. Nesse exato momento, a história, conforme contada de um modo menos específico, omite o segundo golpe. A versão popular do golpe refere-se apenas aos episódios das encampações, ao desrespeito à hierarquia militar e ao temor de uma república sindicalista. Se tudo isso terminara com o afastamento de Jango e a pose de Mazzili, que mais queria a caserna? O poder, é claro.

O segundo golpe foi dado através do Ato Institucional (sic) nº 01 e, em 15/04/64, o Marechal Humberto Castello Branco era empossado como o primeiro ditador do período, com apelido institucional de Presidente da República. Historiadores benévolos não o registraram como o maior Pinóquio da história, face à repugnante falácia do seu discurso de posse, onde afirmou que a manteria todas as liberdades democráticas, enquanto prisões e embaixadas se abarrotavam de adversários políticos. Todas as liberdades prometidas e não cumpridas foram mingando, mingando e, em 1968, com o Ato Institucional 5, deixaram de existir de forma total.

A resposta à ditadura gerou guerrilheiros, seqüestradores e assassinatos na ação e na repressão, e permitiu que figuras como o Delegado Sérgio Fleury se transformassem em capatazes da tortura e do homicídio. O golpe e a ditadura forjaram, inclusive, uma grande ironia.

Os maiores líderes civis que foram verdadeiros camelôs do golpe - Adhemar de Barros (SP), Carlos Lacerda (Rio) e Magalhães Pinto (MG) - tinham a mesma pretensão: a Presidência da República. E Juscelino, que apoiou o golpe de forma discreta, estava trabalhando na campanha de reeleição: JK 65. Pois é, “perderam” para Castello, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo. Adhemar esteve fugitivo no Paraguai, subversivos confiscaram parte da grana dele na casa da amante do Rio, Juscelino e Lacerda foram cassados e Magalhães Pinto ganhou um prêmio-consolação, o Ministério das Relações Exteriores.”

“Mario de Almeida é jornalista, publicitário, autor de peça O Despacho. Publicou Antonio's, caleidoscópio de um bar (Editora Record) e História do Comércio do

Brasil - Iluminando a Memória (Confederação Nacional do Comércio).

## **Publicações:**

### **Comissão Executiva**

#### **Atos**

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 190/08**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

considerando o infausto passamento, ocorrido no dia de hoje, do Sr. Odilon Túlio Vargas, acontecimento que enlutou toda a família paranaense,

considerando que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. Odilon Túlio Vargas, membro de tradicional família paranaense e exerceu o mandato de Deputado Estadual durante a 5ª Legislatura (1963/1966), 6ª Legislatura (1967/1970) e 7ª Legislatura (1971/1974), com um trabalho sempre voltado para atender as mais justas reivindicações do povo paranaense. Talento escritor e historiador, Túlio Vargas era membro da Academia Paranaense de Letras,

#### **R E S O L V E :**

decretar luto oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Odilon Túlio Vargas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/03/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

### **Atas de Comissões**

#### **Obras Públicas, Transporte e Comunicação**

##### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 025/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a

presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

##### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 004/08 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

##### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 003/08 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

### **Redação**

##### **COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado

Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 812/07 e ao Projeto de Resolução nº 034/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 254/07 e 716/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 581/07 e 721/07 e o Deputado Teruo Kato aos Projetos de Lei nºs 659/07, 788/07 e 796/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 551/07 e 797/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 669/07 e 753/07 e o Deputado Professor Luizão ao Projeto de Lei nº 806/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 430/07, 841/07 e 852/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 723/07, 735/07, 840/07 e 846/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assi-

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

